

Escola Superior Associada de Goiânia - ESUP



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

GOIÂNIA, FEVEREIRO DE 2015.

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO.....	5
1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.1 Breve Histórico da Instituição.....	5
1.2 Mantenedor: denominação e localização.....	6
1.3 Mantida: denominação e localização.....	6
1.4 Diretor Geral.....	7
1.5 Diretor Acadêmico.....	7
1.6 Coordenador de Ensino.....	7
1.7 Coordenador do Curso.....	7
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	8
2.1 Contexto Socioeconômico Local e Regional.....	8
2.2 Inserção do Curso na Realidade Local e Tegional.....	9
2.3 Bases Legais.....	13
2.4 Denominação do Curso.....	13
2.5 Nível Acadêmico do Curso.....	13
2.6 Grau Acadêmico do Curso.....	13
2.7 Modalidade de Ensino do Curso.....	13
2.8 Regime Acadêmico do Curso.....	13
2.9 Total de Vagas.....	13
2.10 Número de Alunos por Turma.....	13
2.11 Turnos de Funcionamento.....	13
2.12 Regime de Matrícula.....	14
2.13 Carga Horária.....	14
2.14 Número de Períodos.....	14
2.15 Tempo Mínimo de Integralização.....	14
2.16 Local de Funcionamento.....	14
3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	15
3.1 Missão do Curso.....	15
3.2 Objetivo Geral.....	15
3.3 Objetivos Específicos.....	15
3.4 Perfil do Egresso.....	15
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	17
4.1 Concepção e Princípios Norteadores do Currículo.....	17
4.1.1 Indissociabilidade Entre Ensino-Pesquisa-Extensão.....	21
4.1.2 Articulação Entre Teoria e Prática.....	21
4.1.2.1 Estágio Supervisionado.....	21
4.1.2.2 Visitas Técnicas.....	22
4.1.2.3 Atividades Complementares.....	24
4.1.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	26
4.1.3 Interdisciplinaridade.....	27
4.1.4 Flexibilidade.....	27
4.2 Metodologias e Estratégias de Ensino-aprendizagem.....	28
4.3 Sistema de Avaliação da Aprendizagem Discente.....	34
4.4 Avaliação do Egresso.....	37
4.5 Avaliação Institucional.....	37
5 ESTRUTURA CURRICULAR.....	39

5.1 Matriz curricular.....	39
5.2 Ementas, Objetivos, Programas e Bibliografias das Disciplinas.....	42
6 CORPO DOCENTE.....	73
6.1 Quadro do Corpo Docente.....	73
6.2 Coordenação do Curso.....	74
6.3 Núcleo Docente Estruturante.....	74
6.4 Colegiado do Curso.....	75
6.5 Corpo Discente.....	75

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2012.....	10
Tabela 2: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2011.....	11
Tabela 3: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2010.....	11
Tabela 4: Número alunos matriculados no curso de graduação em Direito na modalidade presencial em Goiânia.....	12

Lista de Quadros

Quadro 1: Lista das IES em funcionamento em Goiânia em 2012.....	10
Quadro 2: Disciplinas de prática jurídica obrigatórias.....	22
Quadro 3: Deferimento da horas de atividades complementares.....	25
Quadro 4: Docentes do curso de Direito.....	119

I. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do curso de Direito da Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP, é o documento definidor dos seus princípios orientadores, que expressam a direção a ser imprimida ao processo de formação profissional dos seus egressos. Sua concepção envolve decisões a cerca dos conhecimentos e habilidades que são desenvolvidas a partir de necessidades colocadas pelo aluno e pela sociedade, considerando os referenciais de natureza filosófica, política, econômica, cultural, científica, didático-pedagógica e técnica. O Projeto Pedagógico é constantemente construído, através de um trabalho cooperativo entre os segmentos que participam da sua execução.

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Superior Associada de Goiânia - ESUP é uma instituição de educação superior mantida pela SBCE - Sociedade Brasileira de Cultura e Ensino Superior LTDA, pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, registrada no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 03.996.171/0001-00, com sede na Av. Antônio Fidélis, nº 515, Parque Amazonas no município de Goiânia, Estado de Goiás, e devidamente credenciada junto ao MEC pela Portaria nº 2.383 de 11 de agosto de 2004, publicada na página 12 do DOU nº 155, de 12 de agosto de 2004.

1.1 Breve Histórico da Instituição

Com a mudança societária ocorrida em 2006, a SBCE passou a ser controlada pelos seus atuais sócios, tendo a sua última alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52.2.01.702.650, em sessão de 02 de janeiro de 2013. A SBCE é, então, incorporada ao Grupo EMPZ, um importante grupo empresarial, com matriz em Goiânia e atuação nacional.

A Faculdade ESUP possui dois cursos de graduação (bacharelados) autorizados e em funcionamento, sendo: Administração, criado no ato da sua instituição e autorizado pela Portaria nº 2.383 de 11 de agosto de 2004 e Direito, autorizado pela Portaria nº 4.248, de 7 de dezembro de 2005.

Com instalações modernas e excelência na qualidade em educação superior, a Faculdade ESUP vem se tornando referência na região em que atua. Tal

condição é evidenciada pelo elevado índice de empregabilidade e de aprovação no exame da Ordem dos seus egressos.

A Faculdade ESUP trabalha e se preocupa com o processo de pesquisa e extensão, tendo seu Núcleo de Pesquisa e Extensão - NUPE implantado e em funcionamento, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico e da sociedade, garantindo a construção do saber e a contínua sintonia com as competências requeridas pelo mercado, oferecendo aos seus alunos uma formação sólida e continuada.

A Faculdade ESUP reconhece seu importante papel social e assume o compromisso de formar pessoas que possam contribuir para o desenvolvimento regional e do país. Com um corpo docente altamente qualificado, oferece uma educação pautada na excelência consubstanciada no pressuposto de uma educação integralizada no ensino, na extensão e na pesquisa, garantindo o desenvolvimento intelectual e os valores éticos e morais para o exercício profissional e da cidadania.

1.2 Mantenedora: denominação e localização

Nome: Sociedade Brasileira de Cultura e Educação Superior – SBCE

Endereço: Av. Antônio Fidelis, 515, Parque Amazônia – Goiânia-GO – CEP: 74840-090

Fone: 62 3931-4401

E-mail: esup@esup.edu.br

1.3 Mantida: denominação e localização

Nome: Escola Superior Associada de Goiânia - ESUP

Endereço: Av. Antônio Fidelis, 515, Parque Amazônia – Goiânia-GO – CEP: 74840-090

Fone: 62 3931-4401

E-mail: esup@esup.edu.br

1.4 Diretor Geral

Nome: Luiz Antônio Ribeiro de Sousa

E-Mail: luiz@esup.edu.br

1.5 Diretor Acadêmico

Nome: Luiz Antônio Ribeiro de Sousa

E-Mail: luiz@esup.edu.br

1.6 Coordenador de Ensino

Nome: Edward Humberto Guimarães Júnior

E-Mail: edward@esup.edu.br

1.7 Coordenador do Curso

Nome: Sérgio Franco Leão

E-Mail: coordireito@esup.edu.br

Formação: Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Especialista em Direito Civil e Direito Processual Penal e Bacharel em Direito.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Contexto Socioeconômico Local e Regional

O Estado de Goiás vivencia uma rápida adaptação da sociedade e do aparelho administrativo do Estado às novas demandas do Capital, em decorrência da adoção de novos componentes em sua organização, bem como por meio da inserção e expansão de fixos artificiais associados à infraestrutura que visam acelerar a capacidade de fluidez do mercado. A nova ordem econômica mundial globalizada impõe ao Estado uma maior competitividade na procura do desenvolvimento econômico e social. Nessa perspectiva, faz-se necessário assegurar o fluxo exigido pelo reordenamento da modernização globalizante.

O Estado de Goiás tem se mostrado extremamente dinâmico e singular em diversos aspectos, das transformações demográficas às alterações econômicas, e vem se destacando em relação aos demais Estados do território brasileiro. A base econômica, quanto o vigor populacional de Goiás, ganharam novos e distintos contornos. Hoje, o momento vivido pelo Estado é de intensa absorção populacional, crescente modernização da planta agropecuária e expansão da estrutura produtiva, sobretudo em atividades industriais com forte ligação ao setor agropecuário, automobilístico e farmacêutico.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, o Estado de Goiás ultrapassou a marca de 6 milhões de residentes registrando 6.003.788 habitantes. De todo o contingente estadual 45,91% das mulheres e 44,38% dos homens vivem na área urbana do Estado. Na zona rural as mulheres são 4,42% e os homens 5,29% do total populacional de Goiás. No geral, as mulheres representam 50,34% da população e os homens 49,66%.

Goiás consolidou ao longo dos últimos anos áreas dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi a mais beneficiada, conquistando diferenciais de produtividade e firmando-se como locais de produção de commodities com a crescente integração ao mercado internacional. A indústria da transformação vem demonstrando acentuado crescimento. O setor de serviços também indica índices expressivos de expansão, destacando-se o comércio e o turismo.

A região metropolitana da capital do Estado experimentou, na última década, crescimento populacional acima da média do estado de Goiás e do Brasil. Conforme os dados divulgados pelo Censo 2010, a taxa geométrica de crescimento populacional da metrópole goiana no período foi 2,23% ao ano, ante a 1,84% do Estado e 1,17 da média nacional. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE o município de Goiânia possui uma população total de 1.302.001 habitantes.

O campus da Faculdade ESUP está localizado no bairro Parque Amazônia, próximo à divisa com o município de Aparecida, sendo o 18º bairro mais populoso da capital com uma população de 25.409. O bairro faz divisa com outros importantes bairros como: Jardim América, Jardim Atlântico, Vila Brasília, Nova Suíça e Cidade Vera Cruz, que juntos formam uma população total de 105.380 habitantes. A região encontra-se em expansão imobiliária com boas perspectivas de crescimento da população e possui fácil acesso as principais vias da cidade.

A capital de Goiás é uma das responsáveis por elevar a média estadual de crescimento geométrico anual, tendo crescido 41,39% no intervalo dos censos demográficos de 1991 a 2010 passando de 920.840 para 1.302.001 habitantes. Em contrapartida a realidade dos municípios com população inferior a 10 mil habitantes foi bastante diferente. Em 1991, juntos eles somavam 707.260 habitantes e obtiveram até 2010 um incremento de meros 0,98% (contra 41,39% da capital) chegando a 714.215 habitantes. A maioria dos municípios goianos (155 de um total de 246) apresenta população inferior a 10 mil habitantes. Do total de habitantes mais de 90% residem na área urbana. Comparado aos outros estados e ao Distrito Federal, Goiás ocupa a 4º posição no ranking de urbanização nacional perdendo apenas para os consolidados centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

2.2 Inserção do Curso na Realidade Local Regional

Segundo dados do último censo Inep (2012), a capital goiana possui atualmente 27 (vinte e sete) instituições de ensino superior. Destas apenas 01 (uma) é pública, predominando as instituições privadas. O quadro a seguir apresenta a lista de IES em funcionamento em Goiânia no ano de 2012.

Quadro 1: Lista das IES em funcionamento em Goiânia em 2012.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS
ESCOLA SUPERIOR ASSOCIADA DE GOIÂNIA
FACULDADE ALVES FARIA
FACULDADE ARAGUAIA
FACULDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADE CAMBURY
FACULDADE DA IGREJA MINISTÉRIO FAMA
FACULDADE DE GOIÂNIA - UNIDADE 1
FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS
FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL
FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI ÍTALO BOLOGNA
FACULDADE DELTA
FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS
FACULDADE LIONS
FACULDADE NOROESTE
FACULDADE PADRÃO
FACULDADE SUL-AMERICANA
FACULDADE TAMANDARÉ
FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PADRÃO
INSTITUTO UNIFICADO DE ENSINO SUPERIOR OBJETIVO
IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO & GRADUAÇÃO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Fonte: Censo Inep (2012).

Das IES em funcionamento em Goiânia no ano de 2012 apenas 11 (onze) possuem o curso de Direito em funcionamento, incluindo nesse total a Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP e uma instituição Federal.

O curso de Direito se destaca entre os demais cursos oferecidos pelas IES em Goiânia pela sua demanda, correspondente a um índice três vezes maior que a oferta de vagas, segundo análise dos dados do Inep (2012), apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2012.

Número de Vagas Oferecidas		Total	Número de Inscritos		Total
Pública	Privada		Pública	Privada	
120	4.762	4.882	3.074	12.187	15.261

Fonte: Censo Inep (2012).

Do total de vagas oferecidas para o curso de Direito da capital, apenas 2,5%, equivalente a 120 vagas, são oferecidas pela rede pública de ensino, as demais, 4.762 vagas, são oferecidas pelas IES privadas. Tal cenário revela não somente uma escassez do número de vagas para o curso nas IES públicas, como também uma elevada competitividade entre as IES privadas pela disputa por mercado tanto em qualidade de ensino como em valores das mensalidades.

Se comparado com o número de vagas para o curso de Direito da capital, oferecidas em 2012, com os anos anteriores, constata-se um elevado crescimento a uma taxa aproximada de 9,6%, taxa inferior se comparada com os 13,5% de aumento do número de inscritos. Tal diferença indica uma tendência de crescimento da demanda pelo curso em um ritmo mais acelerada que a oferta de número de vagas, o que reflete em uma situação favorável à oferta do curso. As tabelas a seguir apresentam os números de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia nos anos de 2011 e 2010, segundo dados do Inep.

Tabela 2: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2011.

Número de Vagas Oferecidas		Total	Número de Inscritos		Total
Pública	Privada		Pública	Privada	
120	4.455	4.455	3.148	10.295	13.443

Fonte: Censo Inep (2011).

Tabela 3: Número de vagas e inscritos do curso de Direito em Goiânia em 2010.

Número de Vagas Oferecidas		Total	Número de Inscritos		Total
Pública	Privada		Pública	Privada	
120	6.736	6.856	2.756	9.257	12.013

Fonte: Censo Inep (2010).

Segundo dados do censo Inep (2010-2012), o número de alunos matriculados em curso de graduação em Direito, na modalidade presencial, em Goiânia, apresentou um considerável crescimento no ano de 2011 em relação ao ano anterior, compreendendo uma taxa de 16,25%, tendo uma leve queda de 3,27% no ano seguinte de 2012. Apesar da queda do número de matrículas em

2012, o cenário se apresenta favorável mantendo um elevado número de alunos matriculados no curso. A tabela a seguir apresenta o número de alunos matriculados no curso de graduação em Direito, na modalidade presencial, em Goiânia entre os anos de 2010 e 2012.

Tabela 4: Número alunos matriculados no curso de graduação em Direito na modalidade presencial em Goiânia.

Ano: 2012					
Pública		Total	Privada	Total	Total
Federal	Estadual		Privada		
17.523	1.017	18.540	78.927	78.927	97.467
Ano: 2011					
Pública		Total	Privada	Total	Total
Federal	Estadual		Privada		
17.755	1.035	18.790	81.975	81.975	100.765
Ano: 2010					
Pública		Total	Privada	Total	Total
Federal	Estadual		Privada		
15.672	889	16.561	70.115	70.115	86.676

Fonte: Censo Inep (2010-2012).

Segundo dados do Inep (2012), no ano de 2012, Goiânia possuía 286.460 alunos matriculados na educação básica, 0,49% a mais que o ano de 2011, sendo uma taxa crescimento abaixo do crescimento do número matriculados em curso de graduação, correspondente a 0,96%. Tal cenário pode representar um crescimento na procura por cursos de graduação, contudo o aumento do número de vagas, em especial para os cursos de Direito na capital goiana, tanto presencial quanto a distância, pode trazer reflexos negativos na oferta do curso, induzindo a uma maior competição entre as instituições que, por sua vez, devem se posicionar frente ao mercado em termos de qualidade de ensino e preço das mensalidades, de modo a atingir aos diferentes perfis sócio econômico do alunos.

Neste contexto, o curso de Direito da Faculdade ESUP, vem se posicionando em termos de qualidade no ensino superior e buscando preparar os seus egressos

para um mercado de trabalho altamente competitivo. A qualidade do curso vem sendo reconhecida pela população do Estado de Goiás e evidenciada pelo elevado índice de aprovação dos seus egresso no Exame da Ordem dos Advogados, sendo, em termos percentuais, o curso que obteve maior aprovação no ano de 2013 entre as instituições particulares.

É com uma visão contemporânea, condizente com as necessidades e com os anseios sociais, que a Faculdade ESUP oferece um curso de excelência em Direito, substituindo o modelo informativo de ensino tradicional por uma base epistemológica flexível e em constante transformação, capaz de manter em sintonia com as particularidades regionais e, ao mesmo tempo, com o mundo globalizado.

2.3 Bases Legais: Autorizado pela Portaria n° 4.248, de 7 de dezembro de 2005.

2.4 Denominação do Curso: Direito

2.5 Nível Acadêmico do Curso: Graduação

2.6 Grau Acadêmico do Curso: Bacharelado

2.7 Modalidade de Ensino do Curso: Presencial

2.8 Regime Acadêmico do Curso: Crédito

2.9 Total de Vagas: 100 vagas por ano

2.10 Número de Alunos por Turma: 50 alunos

2.11 Turnos de Funcionamento: Matutino e Noturno

2.12 Regime de Matrícula: Semestral

2.13 Carga Horária: 3.720 horas

2.14 Número de Períodos: 10

2.15 Tempo Mínimo de Integralização: 5 anos

2.14 Local de Funcionamento: Av. Antônio Fidelis, 515, Parque Amazônia – Goiânia-GO – CEP: 74840-090.

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Missão do Curso

Formar profissionais, bacharéis em Direito, com plena capacidade de exercício das diversas profissões jurídicas em organizações públicas ou privadas, consubstanciados em sólidos conhecimentos técnico-científicos e visão abrangente do fenômeno jurídico e suas inter-relações, atendendo as demandas sociais e do mercado de trabalho.

3.2 Objetivo Geral

Ser reconhecido como curso de excelência na formação profissional na área do Direito, evidenciado pelo elevado índice de empregabilidade e plena atuação profissional dos seus egressos nos princípios da ética e da responsabilidade social.

3.2.1 Objetivos Específicos

- Proporcionar uma formação humanística da prática do Direito;
- Desenvolver a capacidade de análise crítica da realidade social;
- Despertar competências na prevenção, conciliação, mediação e resolução dos conflitos em defesa dos direitos fundamentais e da responsabilidade social.
- Promover a pesquisa jurídica interdisciplinar, visando a formação de um profissional capaz de questionar e produzir novos conhecimentos científicos;
- Estimular a criação cultural e a prática de ações sociais.

3.2.2 O Perfil do Egresso

O egresso do curso de Direito da Faculdade ESUP deverá possuir uma sólida formação geral e humanística traduzida por efetiva capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos jurídico-sociais, aliada a uma postura reflexiva, conciliadora, mediativa, com visão crítica e à capacidade de trabalho em equipe, favorecendo a aptidão

para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e a construção da cidadania plena.

São características desenvolvidas nos alunos durante o curso:

- Sólida formação geral-profissional, pautada por princípios ético-políticos e técnico-científicos voltados para a complexidade das relações e das demandas humanas e sociais;
- Capacidade de interpretação e aplicação da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Entendimento de que a formação profissional é um processo contínuo de construção de competências que demanda aperfeiçoamento e atualização permanentes;
- Compreensão da profissão como uma forma de inserção e intervenção na sociedade globalizada, tendo por base a comunidade regional;
- Atuação profissional responsável, crítica e criativa, atualizada e de respeito às questões sociais e ambientais, com vistas à identificação, conciliação, mediação e resolução de problemas;
- Disponibilidade e competência para o exercício da interdisciplinaridade e para a atuação em equipes multiprofissionais, resguardada a autonomia profissional;
- Capacidade de pensar de maneira consistente e crítica;
- Capacidade de utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos existentes e disponíveis e de produzir novos conhecimentos.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Ciente de sua responsabilidade como instituição de ensino superior, a Faculdade ESUP, busca formar profissionais com competências teórico-práticas. Para tanto, se mantém em sintonia com as demandas emergentes do mercado de trabalho e da sociedade e utiliza de metodologias adequadas, que permitem a articulação da teoria com a prática, a valorização da pesquisa individual e coletiva e a participação dos discentes em atividades de extensão, assim como a participação em estágios, correlacionando a teoria com a prática profissional.

4.1 Concepção e Princípios Norteadores do Currículo

A concepção pedagógica do currículo do curso de Direito da Faculdade ESUP se pauta no seu comprometimento com o elevado padrão de qualidade dos seus cursos. Seus projetos pedagógicos são elaborados considerando as respectivas áreas de conhecimento, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, e servem como instrumento efetivo de garantia da plenitude de uma coerente e desejável proposta pedagógica.

A Instituição considera que o processo de desenvolvimento do discente deve ser contínuo, permanente e voltado para a apropriação de aptidões, competências, habilidades e domínios necessários para o exercício profissional. Em meio às demandas sociais e aos avanços científicos e tecnológicos, objetiva oferecer uma formação sólida, preparando o futuro formando para os desafios do exercício da profissão em harmonia com o meio político, econômico e cultural em que está inserido.

O perfil do egresso é integralizado pelo currículo do respectivo curso, constituído para proporcionar uma sólida formação profissional geral dentro da grande área de conhecimento, na qual o curso se situa. São respeitadas as especificidades do perfil profissional contemporâneo, bem como a continuidade do estudo, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa, por meio de práticas de estudos independentes.

Como princípios norteadores do currículo, são considerados:

- **Princípio I - Articulação entre teoria e prática:**

A forma de organização curricular proposta no curso permite a integração entre a teoria e prática, contribuindo para que o aluno entenda a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto em suas aulas os docentes, sempre que possível, utilizam de exemplos práticos do cotidiano profissional, estudos de casos verdadeiros ou fictícios, pesquisas e resultados de estudos como meio de contextualização da teoria. Esses meios práticos contribuem para que se possa ultrapassar a visão reducionista, a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

O projeto do curso propõe diversas metodologias de ensino que são praticadas no desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas, as quais privilegiem a integração entre teoria e prática. Pode-se destacar: a realização de seminários (elaborados pelos alunos nas disciplinas), ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins e etc.), estudos de caso (situação real ou fictícia para sua discussão no grupo) e outras.

Outro meio a ser considerado como instrumento de integração entre a teoria e a prática é o Estágio Supervisionado que, por sua vez, constitui-se num locus privilegiado, em que a aproximação entre teoria e prática produzirá um aprofundamento, tanto vertical quanto horizontal. A realização das Atividades Complementares, que também, é uma maneira de conexão entre a teoria e a prática, também é estimulada aos alunos.

▪ **Princípio II – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:**

Para a ESUP, o processo de ensino ocorre com a transmissão de conhecimento através de diversas formas e práticas metodológicas, com uma interação entre o conhecimento transferido dentro de sala de aula e a experiência profissional do professor. Por outro lado, a pesquisa é vista como a ferramenta que permite ao discente o acesso a resultados e dados relacionados com cada área do conhecimento aliando a prática com a teoria. Os trabalhos desenvolvidos com a pesquisa, no curso de graduação, permite uma maior integração entre o professor e os alunos em sala de aula ou no ambiente de estudo próprio. Por seu turno, a extensão é mecanismo que permite ofertar à sociedade em geral os resultados obtidos com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Assim, o processo de interação entre o ensino, pesquisa e extensão proporciona uma amplitude em todo o processo de aprendizagem do discente, de modo a demonstrar a importância social que este está inserido diante da sociedade que a compõe.

O incentivo norteador para esse processo de interação entre ensino, pesquisa e extensão é, sem sombra de dúvida, o estímulo dos discentes para as atividades consideradas extracurriculares, voltadas para a leitura, investigação de material didático, assim como o atendimento e contato com a comunidade. As bolsas de pesquisas, através de programas próprios ou conveniados, proporcionam um incentivo e interesse maior dos discentes para o processo de interação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a ESUP estabelece essa interação como princípio fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tornando indissociável essas três áreas de atuação, com foco na formação de um profissional mais diversificado e qualificado, além de se tornar um cidadão comprometido com as necessidades e demandas do mercado de trabalho e da comunidade em geral.

- **Princípio III – Interdisciplinaridade:**

A estrutura curricular do curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. A matriz curricular foi organizada considerando-se as afinidades entre as disciplinas ofertadas a cada período, de maneira que o conhecimento seja adquirido pelo aluno, de forma gradual e integrada.

A matriz curricular do curso foi elaborada de forma a permitir a integração horizontal e vertical dos conteúdos. A interdisciplinaridade horizontal, ou seja, a integração entre os conteúdos lecionados nas disciplinas do mesmo semestre e a integração vertical, isto é, a interdisciplinaridade dos conteúdos dos períodos seguintes, demonstra ao aluno a integração entre as diversas áreas e o caráter de continuidade dos estudos, enfatizando assim o caráter interdisciplinar das ações didático-pedagógicas estruturadas.

- **Princípio IV – Flexibilização curricular:**

A flexibilidade curricular do curso, coloca-se em oposição à rigidez dos currículos tradicionais, proporcionando maiores possibilidades de formação especializada. Estudos recentes têm demonstrado que não existe uma única ordem pela qual os sujeitos adquirem conhecimentos teóricos e práticos, contradizendo argumentos em favor das estruturas curriculares imobilizadas por conteúdos obrigatórios e ordenados numa sequência também obrigatória. Para tanto estão inseridas no currículo do curso de Direito da Faculdade ESUP uma proporção significativa de disciplinas de natureza optativa, ligadas aos diversos campos de aplicação das ciências jurídicas, estando voltadas para as exigências atuais e demandas socioeconômicas, assim como para as questões locais e regionais relevantes, possibilitando ao aluno definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem.

▪ **Princípio V – Autonomia:**

O princípio da autonomia do sujeito, face ao seu próprio processo de aprendizagem, é condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e que terão de enfrentar as novas situações e problemas que estarão sempre emergindo nas suas experiências de trabalho. O conhecimento de técnicas investigativas na sua área de conhecimento se constitui numa importante ferramenta de aquisição dessa autonomia.

▪ **Princípio VI – Articulação:**

Prevê o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem o curso e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, a articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza integradora, tais como Seminários Interdisciplinares.

▪ **Princípio VII – Atualização:**

É um princípio que se realiza através de um adequado planejamento da oferta de componentes curriculares de modo a garantir ajustes programáticos periódicos que contemplem os avanços científicos, tecnológicos, as inovações artísticas e quaisquer outras áreas do conhecimento.

Esse processo de atualização se dará através da implementação das conclusões tomadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), acerca da análise da matriz curricular do Curso de Direito.

4.1.1 Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão

As propostas curriculares dos cursos de graduação da Faculdade ESUP, são orientadas para um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados e preparação do futuro graduado para enfrentamento dos desafios da profissão e das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A organização de seus projetos pedagógicos compreende disciplinas e cargas horárias pré-determinadas, a serem cumpridas para a integralização dos currículos de maneira a proporcionar uma progressiva autonomia profissional e intelectual do discente. Prevê, também, a inserção de disciplinas complementares e optativas que possibilitam maior flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento nos múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras e promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

4.1.2 Articulação Entre Teoria e Prática

A articulação da teoria com a prática, parte da valorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira individual e coletiva, assim como dos estágios, e da realização do trabalho de conclusão de curso, proporcionando aos discentes a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades e competências, relevantes para a área de formação, dentro e fora da Instituição.

4.1.2.1 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes

ao perfil do formando, possui regulamento próprio sendo operacionalizado por um Coordenador de Estágio da Instituição.

O objetivo do Estágio Supervisionado do Curso de Direito é proporcionar a prática jurídica, com acompanhamento efetivo de um professor orientador da Instituição, contribuindo com o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à atuação profissional no contexto da contemporaneidade, integrando teoria e prática e podendo ser realizado na própria Instituição, por meio do seu Núcleo de Prática Jurídica, podendo ser celebrado convênio com a Defensoria Pública para prestação de assistência jurídica suplementar;

O Estágio Supervisionado é realizado sob acompanhamento efetivo de um professor orientador das atividades prática e da elaboração de relatórios periódicos das atividades realizadas, que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio para a avaliação pertinente, em prazo não superior a 6 (seis) meses.

Estão inseridas na matriz curricular do curso de Direito da Faculdade ESUP, disciplinas de prática jurídica obrigatórias, que são oferecidas a partir do 6 (sexto) período do curso. As referidas disciplinas possuem duração de 60 horas cada e totalizam 300 horas curriculares de disciplinas práticas, estando distribuídas da seguinte forma:

Quadro 2: Disciplinas de prática jurídica obrigatórias.

Disciplina	Período	Carga Horária
Prática Jurídica Cível I	6 período	60h
Prática Jurídica Cível II	7 período	60h
Prática Jurídica Penal	8 período	60h
Prática Jurídica Pública	9 período	60h
Prática Jurídica Trabalhista	10 período	60h
Total:		300h

Fonte: Regulamento do NPJ da Faculdade ESUP (Versão de Fev. 2015).

Visando o pleno atendimento do curso, a Faculdade ESUP mantém organizado o seu Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, sendo gerido por regulamento próprio, aprovado e devidamente publicado na Secretaria Geral da Instituição. Assim, as aulas das disciplinas de Prática Jurídica são ministradas por professor do curso com aulas práticas no NPJ da Instituição, mediante acompanhamento individualizado durante todo o período de realização.

É obrigatória a apresentação de relatórios semestrais a cerca de atendimentos e resultados obtidos pelo NPJ a Coordenação de Estágio da Instituição, para acompanhamento e registro das atividades desenvolvidas pelo núcleo.

A realização do Estágio Supervisionado, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre os docentes e a Instituição.

4.1.2.2 Visitas Técnicas

As visitas técnicas são realizadas com o objetivo de permitir ao acadêmico a aproximação com os diversos órgãos públicos responsáveis pelas atividades jurisdicionais e administrativas, correlatas ao desenvolvimento profissional, como o acompanhamento em audiências judiciais e/ou administrativas, visitas aos Tribunais locais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral, Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e suas respectivas Comissões Temáticas, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Administrativo e Tributário, Junta Comercial do Estado de Goiás, entre outros).

As visitas técnicas são meios que permitem esse acesso e conhecimento aos alunos sobre o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos, seja no âmbito estadual ou federal, de modo a ofertar ao corpo discente um primeiro contato com a estrutura jurídica e política do País, incrementando o crescimento profissional ainda durante a graduação acadêmica.

Além das visitas técnicas realizadas nos órgãos locais, a Faculdade ESUP proporciona aos seus acadêmicos do curso de Direito a realização de visitas aos Tribunais Superiores localizados em Brasília (DF), em decorrência da facilitação da

distância entre as duas cidades, o que permite ao corpo discente um primeiro contato com os órgãos de cúpula do Poder Judiciário e da esfera administrativa.

4.1.2.3 Atividades Complementares

As atividades complementares, como componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam a ampliação de horizontes profissional e social, para além da sala de aula. Objetiva o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico. Inclui a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho, com o conhecimento científico e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares, são classificadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo realizadas por meio de ações formais que visem ao desenvolvimento pessoal, profissional, social, físico, emocional e intelectual do aluno e a melhoria da qualidade de vida e da comunidade. As atividades complementares não se confundem com as de Estágio Supervisionado ou com as de Trabalho de Curso.

As atividades complementares são definidas como:

- Atividades Complementares de Ensino – compreendem as atividades de estudo que visam o aprofundamento temático e interdisciplinar, além da sala de aula, dentro ou fora do ambiente acadêmico, e que objetivam desenvolver novas habilidades e conhecimentos aos alunos.
- Atividades Complementares de Extensão – compreendem as múltiplas atividades práticas comunitárias, que visam a inserção do aluno de maneira ativa no contexto global da responsabilidade social, econômica e ambiental.
- Atividades Complementares de Pesquisa – compreendem as atividades de iniciação científica por meio da participação do aluno em projetos de pesquisa e de promoção do conhecimento científico, como forma de ampliação do conhecimento teórico e empírico.

A Faculdade ESUP adotar formas específicas e alternativas de realização de atividades complementares, sistematizadas e centradas em aspectos considerados

fundamentais para a formação do perfil do aluno, criando condições de efetiva inclusão das atividades complementares na integralização curricular dos alunos.

As horas de atividades complementares deverão ser cumpridas pelo aluno no decorrer do curso de graduação, não sendo consideradas aquelas realizadas fora desse período. O aluno deverá comprovar, por meio de cópia do certificado ou declaração acompanhada do original, devidamente emitido e assinado pela instituição ofertante, as horas de atividades complementares realizadas. No comprovante deve constatar o nome do aluno, as atividades realizadas e a carga horária cumprida.

A escolha das atividades complementares a serem realizadas pelo aluno é livre, podendo ser cumpridas tanto internamente quanto externamente a instituição. O cumprimento de horas de atividades complementares deve ocorrer na proporção de 70% em atividades de Ensino e 30 % em atividades de pesquisa e extensão.

O deferimento das horas de atividades complementares segue as categorias e limites expressos na tabela a seguir:

Quadro 3: Deferimento da horas de atividades complementares.

Classe	Categoria	Horas deferidas
Ensino	Participação em curso de treinamento presencial ou à distância	Até 20 horas
Ensino	Participação em curso de extensão presencial ou à distância	Até 30 horas
Ensino	Conclusão de disciplina extracurricular, inclusive idioma estrangeiro.	Até 20 horas
Ensino	Participação em eventos acadêmicos não científicos: palestra, encontro, apresentações, workshop e feiras.	Até 20 horas
Ensino	Participação em eventos acadêmicos científicos: congresso, seminário, simpósio e jornada.	Até 40 horas
Ensino	Participação em defesa de trabalhos de conclusão de curso.	Até 10 horas
Ensino	Participação em visita técnica orientada.	Até 20 horas
Ensino	Participação em intercâmbio ou em módulo interinstitucional.	Até 20 horas
Ensino	Atuação em atividades de monitoria regulamentada pela instituição.	Até 80 horas
Ensino	Realização de estágio extracurricular.	Até 70 horas

Ensino	Realização de atividade profissional remunerada ou voluntária.	Até 50 horas
Ensino	Experiência internacional de estudo ou atuação profissional.	Até 40 horas
Ensino	Participação voluntária em Empresa Júnior.	Até 80 horas
Ensino	Participação em tribunal do júri.	Até 30 horas
Extensão	Participação como voluntariado: em ação sociais, filantrópica ou comunitária.	Até 40 horas
Extensão	Atuação como representante estudantil.	Até 20 horas
Extensão	Participação como representante em conselho institucional.	Até 30 horas
Extensão	Participação em associação ou entidade de classe relacionada à área de formação.	Até 40 horas
Extensão	Participação como palestrante em eventos públicos.	Até 20 horas
Extensão	Participação como organizador de evento sociocultural.	Até 40 horas
Pesquisa	Publicação como autor ou coautor de livro	Até 30 horas
Pesquisa	Publicação como autor ou coautor de capítulo de livro.	Até 30 horas
Pesquisa	Publicação como autor ou coautor de artigo em revista científica.	Até 30 horas
Pesquisa	Publicação como autor ou coautor de resumo ou artigo científico em anais.	Até 20 horas
Pesquisa	Apresentação de trabalho em banner em evento científico.	Até 15 horas
Pesquisa	Publicação como autor ou coautor de texto em jornal e revista impressa ou eletrônica.	Até 10 horas
Pesquisa	Apresentação de resumos ou artigos em evento científico.	Até 20 horas
Pesquisa	Participação em grupo de pesquisa institucional.	Até 50 horas

Fonte: Regulamento de atividades complementares dos cursos de graduação da Faculdade ESUP (Versão Mai. 2014).

4.1.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é realizado nos últimos períodos dos cursos com disciplina específica e observando os pré-requisitos previstos na matriz curricular do curso. Em todas as etapas do Trabalho de Conclusão de Curso, desde o projeto ao encaminhamento à defesa pública, o aluno, desde que esteja

regularmente matriculado na disciplina específica para a realização do TCC, é orientado por um professor integrante do corpo docente do curso com formação na área e experiência comprovada em pesquisa.

São objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso:

1. Propiciar oportunidade de demonstrar habilidade intelectual na discussão do tema;
2. Oportunizar ao aluno, revelar sua apropriação ao longo do curso, do domínio da linguagem científica na ciência do Direito, com sua indispensável precisão terminológica;
3. Promover o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica;
4. Estimular a pesquisa e a produção científica;
5. Incentivar a prestação de serviços na área de formação, que promova a empregabilidade dos discentes.

As condições e normas do TCC estão claramente definidas em regulamento específico e sendo de conhecimento dos discentes.

4.1.3 Interdisciplinaridade

A Interdisciplinaridade dos conteúdos, pertinentes a cada disciplina trabalhada durante o curso, é considerada no processo de organização do projeto pedagógico do curso. Compreende no sequenciamento e articulação das disciplinas e de seus respectivos conteúdos, de forma que possibilite o diálogo entre os conhecimentos e o suporte aos conteúdos subseqüentes, mantendo uma relação harmoniosa entre as diversas disciplinas e favorecendo a dinâmica da construção do conhecimento no processo ensino-aprendizagem.

4.1.4 Flexibilidade

Coloca-se em oposição à rigidez dos currículos tradicionais, que só admitiam possibilidades pré-fixadas de formação especializada. Estudos recentes têm demonstrado que não existe uma única ordem pela qual os sujeitos adquirem

conhecimentos teóricos e práticos. E isto contradiz argumentos em favor das estruturas curriculares imobilizadas por conteúdos obrigatórios e ordenados numa sequência também obrigatória. Hoje é indispensável a inserção, nos currículos de uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa, possibilitando ao aluno definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem.

4.2 Metodologias e Estratégias de Ensino-aprendizagem

No desenvolvimento do trabalho didático o professor deve dinamizar suas aulas e desenvolver os conteúdos de seu programa de ensino, de maneira a despertar no aluno o interesse pelo saber. Diversas são as técnicas didáticas utilizadas pelos professores que buscam na diversidade um meio de assegurar a aprendizagem dos conteúdos e também de interação entre os sujeitos da relação ensino-aprendizagem.

Os métodos e as técnicas de ensino a serem adotadas no curso de Direito objetivam garantir alguns princípios básicos do ensino como: caráter científico e sistemático, ser compreensível e possível de ser assimilado, assegurar a relação teoria/prática, assentar-se na unidade ensino-aprendizagem, garantir a solidez dos conhecimentos, assegurar a aprendizagem dos conteúdos por meio da interação entre sujeitos.

As estratégias de ensino aqui sugeridas são cuidadosamente selecionadas e utilizadas pelos docentes de modo a:

- Viabilizar posicionamentos críticos dos alunos;
- Propor problemas e questões, como ponto de partida para discussões;
- Destacar a relevância de um problema em propiciar o saber amplo, não se reduzindo, assim, à sua aplicação mecânica;
- Provocar a necessidade de busca de informação;
- Enfatizar a reelaboração do conhecimento, não apenas a sua aquisição;
- Aperfeiçoar a argumentação e a contra-argumentação do aluno em defesa do seu ponto de vista;

- Tratar o conhecimento como um processo, que deve ser retomado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios perpassa pelos conhecimentos trabalhados nas diversas disciplinas do curso, desafiando os alunos a se envolver na busca do conhecimento e no desenvolvimento de sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

De maneira geral as técnicas de ensino variam de acordo com as disciplinas, com o ritmo dos grupos, com os interesses revelados pelos estudantes, com as condições estruturais do curso, com os conhecimentos prévios dos alunos, com o valor atribuído pelo professor a cada aspecto de sua área de conhecimento.

Respeitando-se essas peculiaridades sugere-se a seguir algumas técnicas de ensino que ao serem aplicadas contemplarão os objetivos relativos ao desenvolvimento das competências esperadas e dos conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes. As técnicas apresentadas a seguir têm por finalidade contribuir com a promoção de um ambiente de aprendizagem em sala de aula que estimule a participação e o envolvimento dos alunos.

- **Metodologias Ativas**

As metodologias ativas visa estimular o desenvolvimento crítico-reflexivo dos discentes, no qual o educando participa e se compromete com seu aprendizado. O método propõe a elaboração de situações de ensino que promovam uma aproximação crítica do aluno com a realidade e estimula a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio. Assim o discente participa ativamente na pesquisa de problemas e na identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas à situação e a aplicação dessas soluções.

- **Aula Expositiva Dialógica:**

A aula expositiva é identificada como a mais tradicional das técnicas de ensino e ainda é a mais utilizada nas salas de aula. Sabemos que as aulas não devem se pautar apenas pela exposição de conteúdos, mas ressaltamos o valor da aula expositiva em várias situações de aprendizagem. No entanto, a aula expositiva deve ser dialógica. A aula expositiva dialógica deve estimular o pensamento crítico do aluno através do diálogo, favorecendo o intercâmbio de saberes e experiências. O diálogo deve ser entendido como uma busca recíproca de conhecimento (Freire e

Shor, 1986). De acordo com Freire, o ensino dialógico se contrapõe ao ensino autoritário. A aula expositiva hoje não deve mais ser concebida tendo o professor como o centro do processo de ensino e de aprendizagem.

Na aula expositiva dialógica, o professor toma como ponto de partida a experiência do aluno com o tema a ser desenvolvido na aula. Isso não significa que o professor ficará a mercê do que os alunos sabem ou deixam de saber, mas apenas que considerará os conhecimentos prévios, para deles fazer a sua atividade educativa, mais eficaz.

O caráter da dialógico presente neste tipo de aula não significa que o papel orientador do professor seja totalmente eliminado na sala de aula, caindo-se numa permissividade. Pelo contrário, é construída uma relação professor-aluno na qual a autoridade do professor é construída e exercida no âmbito do diálogo e do respeito aos conhecimentos de ambos os agentes educativos.

A aula expositiva constitui-se em uma ótima técnica para o trabalho com conteúdos factuais, conceituais, de modo a desenvolver habilidade como: atenção, concentração, anotação, observação, dentre outras.

- **Técnicas de Trabalho Independente:**

Esta técnica traz como objetivo promover um ambiente em sala de aula favorável à construção da autonomia por parte dos alunos. Consiste em tarefas dirigidas e orientadas pelo professor para que os alunos resolvam situações de modo criativo e independente da intervenção do professor. Podem ser exercícios, tarefas, elaboração de relatórios, etc. com um roteiro elaborado pelo professor que dê condições ao aluno de realizá-los de forma mais autônoma. É o momento em que o aluno se depara sozinho com o conhecimento já trabalhado para melhor elaborá-lo, como também para se autoavaliar. É fundamental que o aluno tenha esse momento e não esteja todo o tempo apenas trocando com seus colegas e/ou professor. O trabalho independente pode ser adotado em qualquer etapa do processo de ensino e aprendizagem, podendo ser uma tarefa preparatória, uma tarefa de assimilação ou de elaboração pessoal.

Uma das tarefas mais comuns para pôr em prática o trabalho independente e auxiliar o desenvolvimento intelectual dos alunos, é o estudo dirigido que será focado a seguir, em um item em separado.

- **Estudo Dirigido:**

Atividade que procura desenvolver habilidades e hábitos de trabalho independente e criativo, possibilitando ao aluno sistematizar e consolidar conhecimentos, habilidades e hábitos. De maneira individual, contribui com a capacidade do aluno de resolver problemas, vencer dificuldades e desenvolver métodos próprios de aprendizagem.

Visa possibilitar ao aluno o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, de forma livre e criativa, com os conhecimentos adquiridos, aplicando-os a situações novas, referentes a problemas cotidianos de sua vivência e a problemas mais amplos da vida social.

Possibilita ao professor a observação de cada aluno em suas dificuldades e progressos, bem como a verificação da eficácia de seu próprio trabalho na condução do ensino.

O estudo dirigido para ser realizado pelo aluno precisa que os conhecimentos já tenham sido previamente sistematizados. Alguns requisitos devem ser observados: clareza de objetivos por parte do professor e do aluno, transparência nos resultados esperados, corresponder aos conteúdos trabalhados na disciplina, observar o tempo disponível, ter os meios disponíveis para o trabalho (livros, bibliografias etc.), utilizar os resultados obtidos por cada aluno ou grupo para toda a classe.

O estudo dirigido deve sempre começar com uma orientação da tarefa (guia de leitura, guia de estudo, passos de um roteiro a ser seguido, esquema de um texto, resumos, etc.) Deve conter instruções claras e questões ou perguntas enunciadas com clareza e precisão. A orientação do estudo deve ser escrita, salvo quando o trabalho proposto for pequeno e de imediata resolução em sala de aula, o qual poderá ser feito de forma oral.

- **Trabalho em Grupo:**

Sabemos que os sujeitos aprendem não só individualmente, como também e principalmente, na interação com outros sujeitos, pois o conhecimento é uma construção social. A atuação do professor, como mediador da aprendizagem, deve favorecer que os alunos interajam de forma produtiva, instigando com questões que necessitem de uma resposta refletida, dialogada.

Também mediando com situações-problema, nas quais os alunos sejam desafiados e necessitem de uma troca de conhecimentos e possibilidades de caminhos para que o problema seja resolvido.

O trabalho em grupo propicia o aprendizado de conteúdos não só conceituais e factuais como também conteúdos atitudinais (respeito às opiniões distintas, tolerância com o diferente etc.). Cumpre a função de colaborar para o desenvolvimento de algumas habilidades: saber argumentar, saber ouvir, colocar opiniões, defender pontos de vista, relatar conclusões, redigir conclusões etc.

A formação dos grupos pode se dar de forma temporária ou permanente ao longo do semestre, de modo que a formação dos grupos seja pensada de acordo com os objetivos traçados pelo professor, sendo de maneira orientada ou livremente escolhida, permitindo ao professor observar uma série de questões que podem lhe auxiliar em seu trabalho partindo de objetivos claros tanto para o professor quanto para os grupos.

Os grupos devem, preferencialmente, serem heterogêneos no sentido de proporcionar interação entre os alunos com facilidade e aqueles com dificuldades na compreensão dos conteúdos, assim como entre os alunos muito falantes com os pouco falantes para desenvolver em ambos, habilidades de saber ouvir e de saber colocar opiniões. Outra possibilidade de arrumação pode ser pensada a partir dos interesses dos alunos por determinado tema.

- **Estudo do Meio:**

O estudo do meio propicia uma forte ligação com o mundo do trabalho, com as questões sociais, com a realidade que se quer conhecer. Alguns objetivos expressos nas intenções educativas podem ser trabalhados com esta técnica como, por exemplo, as intenções que se referem ao compromisso social, ao profissional engajado no seu tempo, conhecedor da realidade que o cerca.

O estudo de meio não se restringe apenas às visitas técnicas, passeios, excursões, mas se refere a todos os procedimentos que possibilitam o levantamento, a discussão e a compreensão de problemas concretos do cotidiano do estudante, das famílias, do trabalho, da cidade. O estudo do meio deve sempre ser acompanhado de um relatório, elaborado pelo discente, apontando os resultados obtidos e experiências vivenciadas através do estudo.

- **Seminário:**

Esta técnica é frequentemente utilizada pelos professores e estudantes. Necessita da formação de grupos mais fixos, que trabalharão juntos durante um tempo maior. Colabora na construção da habilidade de saber planejar, pesquisar, elaborar materiais para comunicação das conclusões, considerações ou resultados.

A utilização de seminários, uma atividade essencialmente acadêmica, requer uma série de aprendizados que o aluno ao chegar à graduação, nem sempre domina.

Para aplicação da técnica de estudo, através do seminário, é necessário que os estudantes conheçam os procedimentos de como realizar uma pesquisa. Devem saber realizar um planejamento das etapas que serão necessárias até o resultado final que culminará no seminário: discutir os objetivos, dividir as tarefas, discutir o conteúdo, escrever o trabalho segundo as normas mínimas de um trabalho acadêmico (notas, citações, bibliografia, etc.).

A forma de apresentação é fundamental para o sucesso do trabalho. O planejamento e os recursos que serão empregados é de suma importância (transparências, slides, datashow, cartazes, etc.) Outro ponto a ser considerado e estipulado pelo professor é o tempo que será dedicado ao seminário no todo de seu planejamento e depois ao longo das aulas, de modo que esta técnica pedagógica não possa ocupar o tempo integral da matéria por não apresentar resultados positivos.

- **Estudo de Caso**

O estudo de caso deve ter um lugar de destaque. O estudo de caso propicia que os alunos resolvam situações-problema, que estabeleçam pontos de relação com a realidade, que percebam o conteúdo contextualizado e possam fazer a aplicação daquilo que aprenderam. Os estudos de caso podem ser realizados individualmente ou em grupo. Individualmente, a resolução do caso vai proporcionar ao aluno um maior desenvolvimento de sua autonomia e responsabilidade, na medida em que a resolução terá sido tomada sozinha.

A resolução em grupo favorece a formação do sentimento de equipe. Todos os alunos estarão empenhados em resolver um caso e a resolução do mesmo dependerá das várias possibilidades apontadas por todos. Isso faz com que a

decisões também sejam compartilhadas e os riscos e os sucessos serão de todos, igualmente.

Os estudos de caso devem ser sugeridos ao longo das aulas, como também ao final do curso. O objetivo do professor é a qualidade do conteúdo do caso que parte da sua escolha e da forma de aplicação.

Entende-se que para o desenvolvimento de competências, seja necessário uma prática educativa adequada, tanto no âmbito da sala de aula, quanto nas atividades extracurriculares, como também nos espaços acadêmicos, que reúnam o aprendizado de habilidades em conjunto com situações que favoreçam o desenvolvimento da criatividade, da ousadia, da responsabilidade, da ética, do compromisso, da autonomia.

Acredita-se que as habilidades sejam desenvolvidas com destaque para a capacidade de identificar, correlacionar, analisar, avaliar, manipular, realizar pesquisas, organizar e outras. O intuito é que essas habilidades sejam adquiridas durante as aulas, mediante a realização de atividades que proporcionam esse desenvolvimento.

É extremamente relevante que os planejamentos dos professores contemplem tais objetivos e que sejam propostas atividades e tarefas que contribuam para tal formação. No âmbito de um ensino para a competência, no entanto, não basta que sejam desenvolvidas as habilidades, mas que os alunos se tornem criativos, autônomos para que, de fato, se tornem cidadãos formandos e profissionais competentes, aptos a ingressarem no mercado de trabalho.

4.3 Sistema de Avaliação da Aprendizagem Discente

A apuração do rendimento escolar do discente ocorre no decorrer dos semestres letivos em cada disciplina que esteja cursando, levando-se em consideração a sua frequência às aulas e por meio de avaliações parciais, finais ou de recuperação, expressando-se o resultado de cada avaliação ou prova por meio de nota mínima de 0 (zero) e máxima de 10 (dez) pontos.

São atividades de avaliação que podem compor a nota do discente: participação em palestras, seminários e conferências; participação em projetos de

pesquisas; participação em atividades interdisciplinares; desenvolvimento de listas de exercícios e ou de estudos de casos; arguições orais, produção e apresentação oral de trabalhos individuais ou em grupo; realização de atividades de campo supervisionadas por docentes; realização de provas escritas, dentre outras.

As médias são expressas em números inteiros ou em números inteiros mais uma casa decimal e são calculadas de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$MF=(P1 \times 40\%)+(P2 \times 60\%)$$

Onde:

MF = Média

P1 = Prova de primeiro bimestre, com peso de 40%;

P2 = Prova de segundo bimestre, com peso de 60%;

Será considerado aprovado direto, o discente que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), devendo ainda ter obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades obrigatórias da disciplina, e reprovado direto, o discente que obtiver média final inferior a 4,0 ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas da disciplina.

O discente que obtiver MF (Média Final) menor que 7,0 (sete), e maior ou igual a 4,0 (quatro), tendo também obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas, poderá se submeter a realização da avaliação PS (Prova Suplementar). Nesse caso, será considerado aprovado se obtiver nota na PS igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a nota obtida na PS considerada como a MF (Média Final) do discente na disciplina.

O discente que obtiver MF inferior a 4,0 (quatro), ou obtido frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades obrigatórias da disciplina, estará automaticamente reprovado, sem o direito de realizar a prova suplementar e devendo se matricular e cursar novamente a disciplina. Também será considerado reprovado o discente que, obtiver nota inferior a 5,0(cinco) na PS.

A composição da nota do primeiro bimestre (P1) é composta por até 50% de atividades, que vão além da prova, de maneira a tornar mais flexível o processo de ensino-aprendizagem, sendo o percentual e as formas de avaliação de escolha do

docente da disciplina, desde que respeitado o referido percentual. Já a nota do segundo bimestre (P2), é obtida integralmente por prova objetiva, a fim de avaliar o aproveitamento do conteúdo ministrado na respectiva disciplina.

As disciplinas de prática jurídica possuem critérios de avaliação diferenciados, que possibilitam avaliar o desempenho do discente nas atividades de práticas orientadas e de Estágio Supervisionado.

É assegurado o direito da segunda chamada da P1 e da P2 ao discente que, por motivos previstos em lei, ficou impossibilitado de realizá-la na data prevista, devendo o mesmo solicitar a abertura de processo administrativo junto a Secretaria Geral Acadêmica da Instituição, apresentando justificativa e comprovantes válidos e realizar a segunda chamada da avaliação na data prevista no calendário acadêmico da Instituição.

É atribuída nota 0 (zero) ao discente que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da realização de trabalhos, provas ou de qualquer outra atividade que resulte em avaliação para composição de notas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

O discente poderá requerer revisão de nota atribuída pelo docente por meio de processo administrativo junto a Secretaria Geral e mediante o pagamento das respectivas taxas administrativas, desde que obedecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a sua divulgação, anexado o instrumento de avaliação original (prova ou trabalho) e devidamente justificado o motivo da solicitação. Neste caso o Coordenador de Curso designará o docente responsável pela revisão da nota, devendo este redigir seu parecer de maneira fundamentada.

Reserva-se o direito do discente de discordar do parecer do docente, desde que justifique sua discordância, cabendo ao Coordenador de Curso, constituir banca avaliadora, composta por no mínimo de 3 (três) docentes do curso, para que seja feita uma última avaliação, podendo esta manter o parecer anterior ou redigir um novo parecer de maneira fundamentada.

4.4 Avaliação do Egresso

A avaliação dos egressos se dá por mecanismos de monitoramento da atuação profissional de cada discente formado na Instituição, com a informação pessoal sobre as atividades profissionais desenvolvidas e inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

A formação profissional dos egressos, desenvolvida nos moldes definidos no Projeto Pedagógico da Instituição, permite a sua rápida inserção no mercado de trabalho, nas mais variadas áreas de atuação, seja no exercício da atividade profissional na iniciativa privada, seja no setor público, mediante aprovação em concursos públicos.

Resultado desse mecanismo de monitoramento é o fato da Faculdade de Direito da ESUP acompanhar a aprovação dos acadêmicos nos diversos certames jurídicos, em especial, no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, no qual a ESUP alcança o primeiro lugar no ranking das Instituições de Ensino privadas.

4.5 Avaliação Institucional

A avaliação institucional da Faculdade ESUP, é realizada pela sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, cujos objetivos são norteados pela promoção da cultura avaliativa no seu âmbito interno e externo, por meio da avaliação institucional continuada, da coordenação dos procedimentos de construção, implantação e melhorias da autoavaliação. Assim como da fixação de metas e elaboração de propostas de ações, a partir dos resultados da avaliação institucional, contribuindo com o fortalecimento ou redirecionamento das ações voltadas para a atividade fim da Instituição.

Seus princípios são pautados na autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica, na fidelidade das informações coletadas no processo avaliativo, no respeito e valorização dos sujeitos e dos órgãos constituintes, no respeito à liberdade de expressão, pensamento e crítica, no compromisso com a melhoria da qualidade da educação e na difusão de valores éticos e democráticos.

Cabe a Comissão Própria de Avaliação – CPA no uso de suas atribuições:

- a) Contribuir para o desenvolvimento e melhoria da avaliação institucional;
- b) Assessorar a diretoria no tocante à avaliação institucional interna e externa;
- c) Acompanhar o desenvolvimento do processo avaliativo nas coordenações de curso e nos setores administrativos;
- d) Coordenar e acompanhar as avaliações externas;
- e) Elaborar relatórios parciais, gerais e específicos de suas atividades;
- f) Apoiar pedagógica e operacionalmente os cursos de graduação na avaliação institucional e na interpretação dos resultados das avaliações externas;
- g) Capacitar seus próprios membros.

Como instrumentos de avaliação da gestão didático-pedagógica são utilizados dois questionários de avaliação que são aplicados e respondidos pelos alunos, sendo: um questionário de avaliação do corpo docente, aplicado semestralmente, que avalia o desempenho de cada professor em suas respectivas disciplinas ministradas durante o semestre e um questionário de avaliação da organização pedagógica e administrativa, aplicado anualmente, que avalia a coordenação de curso, os serviços prestados pela secretaria, biblioteca, gráfica e lanchonete, bem como as instalações físicas como salas de aula, laboratórios, limpeza e conservação das dependências da instituição, wi-fi e iluminação.

A concepção e aplicação dos instrumentos avaliativos possibilitam o levantamento de conjunto de informações consistentes à cerca da Faculdade ESUP, traçando uma visão global e integrada da instituição de modo a favorecer o aperfeiçoamento contínuo de suas ações em prol de uma educação superior de qualidade.

O relatório de autoavaliação institucional da Faculdade ESUP segue a dinâmica, as diretrizes e o roteiro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria MEC nº 2.051 de 09/07/2004, Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007-2010 e Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES nº 062 e 065 e apresenta com riqueza de detalhes à realidade institucional pautada na análise equilibrada e no julgamento crítico das evidências levantadas

5. ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO- VIGÊNCIA EM 2015/1			
1º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH	CR	PRÉ REQUISITOS
Introdução ao Estudo do Direito	60	6	-
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	6	-
Metodologia do Trabalho Científico	60	6	-
Direito do Consumidor	60	6	-
Direito da Criança e do Adolescente	60	6	-
Língua Portuguesa	60	6	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
2º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Teoria Geral do Direito Civil	60	6	-
Direito Constitucional I	60	6	-
Direito Penal I	60	6	-
História do Direito	30	3	-
Direito Administrativo I	60	6	-
Filosofia	30	3	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	330	33	
3º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito das Obrigações	60	6	Teoria Geral do Direito Civil
Direito Constitucional II	60	6	Direito Constitucional I
Direito Penal II	60	6	Direito Penal I
Direito Administrativo II	60	6	Direito Administrativo I
Processo de Conhecimento I	60	6	Teoria Geral do Direito Civil
Direito Empresarial I	60	6	Teoria Geral do Direito Civil
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
4º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito Contratual I	60	6	Direito das Obrigações
Direito Constitucional III	60	6	Direito Constitucional II
Direito Penal III	60	6	Direito Penal II
Direito Empresarial II	60	6	Direito Empresarial I

Processo de Conhecimento II	60	6	Processo de Conhecimento I
Direito Administrativo III	60	6	Direito Administrativo II
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
5° PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito Contratual II	60	6	Direito Contratual I
Direito Penal IV	60	6	Direito Penal III
Processo de Execução	60	6	Processo de Conhecimento I
Direito Processual Penal I	60	6	-
Responsabilidade Civil	60	6	Teoria Geral do Direito Civil
Direito Falimentar	60	6	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
6° PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito das Coisas	60	6	-
Processo Cautelar e Procedimentos Especiais	60	6	Processo de Conhecimento II
Direito Processual Penal II	60	6	Direito Processual Penal I
Legislação Penal Especial	60	6	-
Direito do Trabalho I	60	6	-
Prática Jurídica Cível I	60	6	Processo de Conhecimento II
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
7° PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito de Família	60	6	Teoria Geral do Direito Civil
Direito do Trabalho II	60	6	Direito do Trabalho I
Direito Recursal Cível	60	6	Processo de Conhecimento II
Direito Processual Penal III	60	6	Direito Processual Penal II
Prática Jurídica Cível II	60	6	Prática Jurídica Cível I
Sociologia	30	3	-
Optativa 1	30	3	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	390	39	
8° PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito das Sucessões	60	6	Direito de Família
Prática Jurídica Penal	60	6	Direito Processual Penal III
Psicologia	30	3	-
Direito Processual do Trabalho I	60	6	Direito do Trabalho II

Direito Internacional	30	3	-
Economia	60	6	-
Optativa 2	30	3	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	360	36	
9º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito Tributário I	60	6	Direito Constitucional II
Prática Jurídica Pública	60	6	Prática Jurídica Cível I
Direito Processual Constitucional	60	6	Direito Constitucional III
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	6	Metodologia do Trabalho Científico
Direito Processual do Trabalho II	60	6	Direito Processual do Trabalho I
Ética	30	3	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	360	36	
10º PERIODO			
DISCIPLINAS	CH		PRÉ REQUISITOS
Direito Tributário II	60	6	Direito Tributário I
Processos Coletivos	60	6	Direito Processual Constitucional I
Prática Jurídica Trabalhista	60	6	Direito Processual do Trabalho II
Antropologia	30	3	-
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	6	Trabalho de Conclusão de Curso I
Mediação e Arbitragem	30	3	-
Atividades Complementares	30	3	-
CARGA HORÁRIA	330	33	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3720	372	
DISCIPLINAS OPTATIVAS	CH		PRÉ-REQUISITOS
Direito Agrário	30	3	-
Libras	30	3	-
Direito de Informática	30	3	-
Direito da Propriedade Industrial	30	3	-
Juizados Especiais	30	3	-
Direitos Humanos	30	3	-
Direito Eleitoral	30	3	-
Direito Previdenciário	30	3	-
Direito Ambiental	30	3	-

5.2 Ementas, Objetivos, Programas e Bibliografias das Disciplinas

Período	Primeiro
Disciplina	Introdução ao Estudo do Direito
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Levar o aluno a conhecer as noções básicas e fundamentais do Direito, mostrando que o aprendizado efetivo dos fundamentos facilitará a apreensão dos conteúdos necessários para o exercício das profissões nas carreiras jurídicas.
Objetivos Específicos	Apresentar noções fundamentais do conhecimento jurídico, introduzindo o estudante criticamente no discurso técnico do direito. Propiciar ao estudante arsenal de técnicas e conceitos jurídicos fundamentais de caráter propedêutico, instrumental e de acentuado valor epistemológico.
Ementa	Conceito, noção elementar de direito, importância e objeto da disciplina. Relações do direito com outras áreas do saber. Codificação no direito brasileiro. Tendências do direito brasileiro contemporâneo. Moral e direito. Justiça e equidade. Ramos do direito: direito público e direito privado. Criação do direito: fontes formais e materiais. Direito objetivo e direito subjetivo. Teoria do ordenamento jurídico. Teoria da norma jurídica. O direito como norma de conduta: validade, vigência e eficácia; efetividade; classificação das normas jurídicas. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Hermenêutica jurídica. Interpretação da lei: espécies e resultados. Eficácia da lei no tempo e no espaço. Lacunas do direito e procedimentos de integração. Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro e seu objeto.

Período	Primeiro
Disciplina	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Interligar os conteúdos científicos de ciência política e teoria geral do estado formando única disciplina.
Objetivos Específicos	Levar o aluno à leitura de obras didático- jurídicas e correlatas de ciência política e teoria geral do estado, estimulando o uso correto da terminologia jurídico filosófica. Deixar claro que no mundo atual os conceitos emitidos pela ciência política e Teoria geral do estado não pertencem somente aos profissionais do direito. Conscientizar o alunado da importância das regras políticas, objetivando o abrandamento das desigualdades sociais.
Ementa	Conceito. Importância. Questão terminológica. Métodos de estudo e evolução histórica. Sociedade, estado e poder político. Evolução histórica do estado. Soberania. Território. Povo. Conceito de estado. Estado e direito. Estado, direito e política. Estado e nação. Estado e governo. Democracia direta, semidireta e representativa. Partidos políticos e grupos de pressão. Sufrágio, voto e sistemas eleitorais. As declarações de direitos. Direitos humanos. A separação dos poderes. Formas de governo e sistemas de governos. O estado federal. O estado na ordem internacional. Organizações internacionais. Intervenção do estado na sociedade. O atual estado democrático.

Período	Primeiro
Disciplina	Metodologia do Trabalho Científico
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Oferecer ao aluno subsídios necessários para desenvolver o pensamento crítico e técnico-científico, por meio dos passos fundamentais da pesquisa científica e interpretação e redação de trabalhos através da metodologia do trabalho científico.
Objetivos Específicos	Levar o aluno a compreender as relações entre teoria e a pesquisa e ter condições de planejar e elaborar projetos. Analisar os diferentes métodos de investigação científica e técnicas e instrumentos, instrumentalizando o aluno para realizar trabalhos acadêmicos com o uso das regras e normas técnicas.
Ementa	O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Métodos e técnicas. O processo da leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Monografia jurídica. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT. Questões jurídicas e métodos de enfrentamento.

Período	Primeiro
Disciplina	Direito do Consumidor
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Dar ao acadêmico uma visão abrangente dos direitos e normas da proteção ao consumidor e ao meio ambiente, bem como, dos mecanismos e órgãos de defesa desses direitos.
Objetivos Específicos	Desvendar o conteúdo material e científico dos denominados direitos do consumidor em comparação com a disciplina dos problemas à luz do direito civil. Compreender o Código de Defesa do Consumidor como principal instrumento de defesa dos direitos dos consumidores frente aos fornecedores. Analisar os meios de tutela administrativa e judicial dos direitos do consumidor, inclusive pela atuação dos Procons.
Ementa	Noções introdutórias básicas do Direito do Consumidor. Dos direitos básicos do consumidor. Da responsabilidade por vício do fato e do produto e do serviço. Da decadência e da prescrição. Da proteção contratual. Do sistema nacional de defesa do consumidor. A defesa do consumidor em juízo.

Período	Primeiro
Disciplina	Direito da Criança e do Adolescente
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Desenvolver a integração do direito da criança e do adolescente com os outros ramos do Direito, propiciando visão crítica aos acadêmicos e as formas de aplicá-lo para a construção de um verdadeiro estado democrático de direito.

Objetivos Específicos	Examinar a questão dos direitos da criança e do adolescente sob perspectiva histórica e analisar os princípios basilares da nova concepção. Discutir os principais temas relacionados com os direitos infanto-juvenis, especialmente quanto ao acesso à justiça. Estudar a convenção internacional dos direitos da criança e outros documentos internacionais e interligar os conhecimentos teóricos à realidade. Tornar mais conhecido o estatuto da criança e do adolescente para aproximá-lo da realidade das pessoas. Fazer com que a sociedade se comprometa com a efetiva realização dos direitos assegurados à criança e ao adolescente a partir da formação de agentes multiplicadores.
Ementa	Código de menores e estatuto da criança e do adolescente. Direito da criança e do adolescente. A família natural e a família substituta. A educação profissional e a proteção da saúde da criança ou adolescente. Ato infracional e medidas socioeducativas. Declarações internacionais. Questões processuais e aspectos polêmicos do estatuto da criança e do adolescente.

Período	Primeiro
Disciplina	Língua Portuguesa
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Propiciar ao estudante do curso de Direito o desenvolvimento da comunicação jurídica e o aprimoramento da língua portuguesa por meio do estudo de peças e textos jurídicos.
Objetivos Específicos	Apresentar ao aluno mecanismos essenciais para o desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita, utilizando textos jurídicos. Aprimorar a habilidade de interpretação e uso dinâmico da palavra nas argumentações jurídicas. Alicerçar o domínio da língua portuguesa e da comunicação jurídica como ferramenta indispensável à operacionalização do Direito. Proporcionar conhecimento das particularidades do discurso jurídico.
Ementa	A linguagem oral e escrita como instrumento de operacionalização do Direito. Especificidades discursivas jurídicas. Redação técnicas.

Período	Segundo
Disciplina	Teoria Geral do Direito Civil
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Introduzir os ensinamentos do universo do direito civil, tornando compreensível aos alunos a base de seus direitos, principalmente com as alterações trazidas pelo Código Civil de 2002, com enfoque específico para a parte geral.
Objetivos Específicos	Analisar a estrutura do Código Civil vigente e compará-lo com o de 1916 e códigos de outros países. Trazer noção geral de direito privado e público e estudar a parte geral do Código Civil aprofundando no tocante à pessoa natural e pessoa jurídica, seus domicílios, bens, atos e fatos jurídicos e atos ilícitos e, por último, com a prescrição e decadência.
Ementa	Direito Civil: Conceito. Sua colocação entre as ciências jurídicas. Sujeitos do Direito. Fontes do Direito. Código Civil. Parte Geral do Código Civil: Das pessoas. Dos direitos da personalidade. Do domicílio. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Dos Atos e Negócios Jurídicos. Dos atos ilícitos. Da Prescrição e da decadência. Das Provas.

Período	Segundo
---------	---------

Disciplina	Direito Constitucional I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Continuar os estudos iniciados com a teoria geral do estado, levando o alunado a identificar a importância e o significado da constituição, a distinguir os conceitos de constituição e direito constitucional e as formas de controlar a constitucionalidade dos atos do poder público.
Objetivos Específicos	Estudar o direito constitucional como a base para os demais ramos do direito, desde sua evolução histórica ao presente. Considerar a constituição como norma fundamental, identificando sua origem, concepções e tipologia, bem como a natureza de suas normas. Compreender o exercício do poder constituinte originário e do poder reformador do texto constitucional através das emendas constitucionais. Conhecer o significado, a sistemática e os efeitos do controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Realizar esforço histórico das constituições brasileiras para compreender a atual.
Ementa	Do direito constitucional. Natureza, conceito. Origem. Evolução. Objeto. Relações com outras disciplinas. Princípios específicos. Divisão. Metodologia. Do constitucionalismo. Fontes do direito constitucional. Teoria da constituição. Outras fontes. Poder constituinte. Conceito. Finalidade. Natureza jurídica. Espécies. Titularidade. Agentes. Poder constituinte dos estados-membros. Reforma e revisão da constituição. Mutação constitucional. Inconstitucionalidade e controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade formal e material. Sistemas de controle. Histórico das constituições.

Período	Segundo
Disciplina	Direito Penal I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Apresentar o conteúdo básico e a parte geral do Direito Penal, mostrando o processo evolutivo pelo qual passou o direito penal brasileiro até chegar ao Código em vigência.
Objetivos Específicos	Iniciar os estudos de direito penal para compreendê-lo no contexto histórico-social, fornecendo elementos para passos mais aprofundados nos semestres seguintes, quando serão analisados os crimes e as penas. Levar os alunos à reflexão sobre a eficácia e atualidade das leis penais vigentes no Brasil. Analisar a relação do direito penal com outros ramos do direito e estudar a lei penal e seus conflitos. Esmiúçar a teoria geral do delito e a culpabilidade segundo diversas teorias. Conscientizar o discente a respeito do direito penal elaborado como regra de conduta social, utilizando como base de estudo sua história ao longo da civilização humana. Enfocar os princípios constitucionais fundamentais, a teoria da lei penal e a teoria geral do crime. Analisar a aplicação da norma penal e a concepção dos termos jurídicos pela sociedade hoje.
Ementa	Propedêutica: conceito de Direito Penal. As ciências criminais. História do Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Interpretação da Lei Penal. Aplicação da Lei Penal: legalidade e reserva legal. Lei Penal no tempo e no espaço. Teoria geral do delito: conceito; sujeitos ativos e passivos do crime; objeto do delito. Classificação dos delitos. Do tipo e da tipicidade, da conduta e do resultado. Nexo causal. Tipo do crime doloso e culposo. Tipo no crime omissivo. Crime preterdoloso. Erro do tipo. Crime consumado e crime tentado. Arrependimento posterior e arrependimento eficaz. Crime impossível. Processo executivo do delito. Da ação como elemento fundamental do fato punível: noção; teorias casualistas e finalistas da ação. Ilícitude e excludentes. Culpabilidade: elementos e excludentes.

Período	Segundo
Disciplina	História do Direito
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Propor aos alunos uma reavaliação dos seus conhecimentos historiográficos, notadamente de história do Brasil. Indicar os mecanismos mais adequados de análise do fenômeno jurídico na história, a partir de uma visão crítica e meta-positivista. Oferecer ao aluno uma ampliação das habilidades de construção e renovação do Direito a partir do reconhecimento de suas perenes mudanças históricas.
Objetivos Específicos	Conhecer a história da formação dos sistemas jurídicos ocidentais. Relacionar o sistema jurídico brasileiro e o legado do direito ocidental. Entender o direito como construção social e política.
Ementa	O problema da cientificidade da história. Os principais métodos historiográficos. Direito e história. O Direito romano, o medieval e o moderno. Juspositivismo, cientificismo, codificações e o formalismo. História e cultura afro-brasileira e indígena e o direito. As bases da história do Direito no Brasil e a formação de uma cultura jurídica nacional. Organização legal, política e administrativa da colônia e do império. O bacharelismo liberal e a república oligárquica. O Direito no período ditatorial. O processo de redemocratização do final do século XX.

Período	Segundo
Disciplina	Direito Administrativo I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Expor de forma simples e sistemática o conceito, a origem, função e finalidade do direito administrativo, passando pelo exame da administração pública e organização administrativa do estado.
Objetivos Específicos	Identificar os fenômenos sociais que impulsionaram a criação do direito administrativo como disciplina autônoma. Analisar os poderes e sistemas administrativos, com ênfase na função administrativa e identificar as diversas entidades que integram a administração pública direta e indireta. Estudar o ato administrativo, inclusive comparando-o com os atos jurídicos em geral regidos pelo direito privado. Conhecer a legislação básica sobre direito administrativo, detectando suas deficiências e indicando aperfeiçoamentos possíveis. Proporcionar conhecimento do instrumental jurídico disponível para uma ação efetiva de aplicação das normas relacionadas à disciplina.
Ementa	A importância do estudo do direito administrativo nos dias atuais. Conceitos e princípios gerais. Relação do direito administrativo com a administração pública, seus órgãos e seus agentes. Atos administrativos. Poderes e sistemas administrativos.

Período	Segundo
Disciplina	Filosofia
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Introduzir conceitos e problemas relativos à filosofia geral e do direito em particular visando contribuir para a formação da consciência crítica.
Objetivos Específicos	Desenvolver a capacidade de análise através do reconhecimento e leitura de textos filosóficos.

	Compreender o que é justiça e injustiça, o bem e o mal e o verdadeiro e o falso e entender sua importância para o direito. Capacitar o aluno ao raciocínio crítico sobre o direito positivo e orienta-lo para a pesquisa da filosofia jurídica.
Ementa	A origem e nascimento da filosofia. Os períodos da história da filosofia. Os problemas fundamentais da filosofia. A distinção entre ciência e filosofia. Conceitos e tarefas da filosofia jurídica. Direito natural antigo. Direito natural da era moderna. Positivismo jurídico. Dimensão axiológica do direito. Relações entre direito e moral. Os fins do direito. Teoria da justiça. Ser e dever ser.

Período	Terceiro
Disciplina	Direito das Obrigações
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Teoria Geral do Direito Civil
Objetivo Geral	Mostrar que o direito das obrigações, parte do ordenamento jurídico, é indispensável ao exercício da cidadania articulado com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, instrumento vivificador nas relações jurídicas individuais.
Objetivos Específicos	<p>Analisar e compreender o direito das obrigações enquanto fonte de conhecimentos essenciais ao domínio não apenas do direito civil, como da ciência jurídica como um todo. Desenvolver o senso crítico no que se refere à atividade do operador do direito, bem como situá-lo na realidade atual.</p> <p>Estimular no futuro profissional da área jurídica o interesse pelo direito, pela interdependência dessa ciência com os demais ramos de conhecimento humano, assim como pela ética profissional, postura e necessidade de fácil e adequada expressão verbal e escrita.</p>
Ementa	Conceito, elementos constitutivos, fontes e classificação. Obrigação natural e obrigação civil. Modalidades das obrigações. Obrigação de dar e de restituir. Obrigação de fazer e não fazer. Obrigação alternativa e facultativa. Obrigação divisível e indivisível. Obrigação solidária. Outras classificações: Obrigação principal e obrigação acessória; obrigação líquida e obrigação ilíquida; obrigação condicional, modal e a termo. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento direto. Pagamento indireto.

Período	Terceiro
Disciplina	Direito Constitucional II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Constitucional I
Objetivo Geral	Estudar o direito constitucional positivo no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, desde os princípios fundamentais à organização do estado brasileiro até os princípios e organização básica da administração pública.
Objetivos Específicos	<p>Analisar os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil previstos nos arts. 1º a 4º da Constituição Federal de 1988. Analisar e classificar os direitos e garantias fundamentais, inseridos nos artigos 5º ao 17 do texto constitucional, incluindo a abordagem do Título VIII da Constituição em relação à ordem social.</p> <p>Compreender a organização político-administrativa do estado brasileiro, incluindo o funcionamento da administração pública por meio de seus servidores civis e militares e o desdobramento em regiões administrativas. Estudar os mecanismos de estabilização constitucional, através dos institutos da intervenção federal e estadual, o estado de defesa</p>

	e o estado de sítio.
Ementa	Princípios constitucionais fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos sociais. Da ordem social. Da nacionalidade. Dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Da organização do estado brasileiro. Da administração pública. Servidores públicos. Regiões administrativas.

Período	Terceiro
Disciplina	Direito Penal II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Penal I
Objetivo Geral	Dar continuidade ao estudo do direito penal na parte especial do código penal a partir do concurso de pessoas, passando pelo estudo das penas: conceito de pena; fundamento da pena; finalidades; evolução; classificação. Pena e medida de segurança. Sistema Penitenciário e regimes de pena. Espécies de penas. Dosimetria da pena: individualização legal, judicial e administrativa. Personalização da pena. Pena-base e pena mínima. Causas de aumento e diminuição. Atenuantes e agravantes. concurso de crimes. Sursis e livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medida de segurança, ação penal e concluindo na extinção da punibilidade.
Objetivos Específicos	Estudar a parte geral do Código Penal, com especial enfoque para o concurso de pessoas na prática criminosa e a influência na aplicação da pena. Identificar as diversas espécies de penas e os regimes de cumprimento. Analisar o concurso de crimes decorrente de comportamentos únicos múltiplos com resultados diversos. Analisar as causas e procedimentos da extinção da punibilidade e suas implicação, bem como da medida de segurança. Compreender a ação penal analisando as espécies, naturezas, base legal e princípios.
Ementa	Do concurso de pessoas. Das penas: Conceito de pena; fundamento; finalidades; evolução, classificação. Pena e medida de segurança. Sistema penitenciário e regimes de penas. Espécies de penas. Dosimetria da pena: Individualização legal, judicial e administrativa. Personalização da pena. Pena-base e pena mínima. Causas de aumento e diminuição. Atenuantes e agravantes. Concurso de crimes. Sursis e livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medida de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade.

Período	Terceiro
Disciplina	Direito Administrativo II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Administrativo I
Objetivo Geral	Continuar os estudos do Direito Administrativo desde a prestação de serviço público à responsabilidade da administração por atos de seus agentes, passando pelo estudo do regime jurídico constitucional do servidor público, entidades da administração direta e indireta e domínio público.
Objetivos Específicos	Conhecer as diversas formas diretas e indiretas de prestação de serviço público, inclusive a concepção moderna de terceirização e privatização para reduzir o papel do estado. Analisar o regime jurídico das entidades da administração pública direta e indireta e a formas de delegação e autorização de serviço público. Estudar o regime jurídico constitucional do servidor público e o estatuto do servidor público federal. Conhecer o domínio público e as formas de Utilização por terceiros, alienação, afetação e desafetação e as questões

	ambientais e do patrimônio cultural. Estudar as formas de responsabilizar civilmente o estado por atos de seus agentes na Constituição Federal de 1988. Proporcionar conhecimento do instrumental jurídico disponível para uma ação efetiva de aplicação das normas relacionadas à disciplina.
Ementa	Serviço público: conceito, classificação, formas e meios de prestação. Privatização e terceirização. Administração pública direta e indireta. Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública. Agências. Entidades paraestatais. Serviço delegado e serviço autorizado. Convênio e consórcio. Servidor público: cargo e função pública. Regime jurídico constitucional. Estatuto do servidor público federal. Ingresso no serviço público. Concurso. Provimento. Nomeação. Estágio probatório. Estabilidade. Posse. Exercício. Vacância. Exoneração. Demissão. Aposentadoria. Institutos peculiares do regime jurídico estatutário. Direitos e deveres. Responsabilidades e penalidades. Processo disciplinar. Domínio público: conceito. Bens públicos. Classificação. Utilização por terceiros. Alienação. Afetação e desafetação. Meio ambiente. Patrimônio cultural. Responsabilidade civil do estado por atos de seus agentes. Fundamentos. Teorias. Direito de regresso. Regime na constituição de 1988.

Período	Terceiro
Disciplina	Processo de Conhecimento I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Teoria Geral do Direito Civil
Objetivo Geral	Introduzir os conhecimentos do direito processual mostrando o processo como instrumento do direito material, a fim de possibilitar ao aluno compreender a sua importância e funcionamento como disciplina autônoma, separada do direito civil.
Objetivos Específicos	Fazer com que o aluno perceba a importância do processo no direito, como meio adequado para os interessados resolverem seus conflitos. Mostrar de onde surgiu o processo, quem pode ser parte, os requisitos necessários para se formar um processo, os atos processuais, os prazos e lugares que devem ser observados. Utilizar a teoria e ensinamentos práticos para desenvolver no aluno a ideia do que realmente é a prática processual e como e quando atuar como jurista. Preparar o aluno na fase inicial do processo para capacitá-lo a absorver os demais ensinamentos posteriores e saber como utilizá-los na prática.
Ementa	Notícia histórica. Evolução do direito processual no Brasil. Direito processual; natureza; relações com outros ramos; autonomia; finalidade; objeto; divisão; fontes; a lei processual no tempo e no espaço. Interesses; conflitos; lide; relação jurídica material e processual; sujeitos da relação processual; das partes e dos procuradores; do advogado; do Ministério Público; do juiz e dos auxiliares da justiça; da defensoria Pública. Do litisconsórcio. Jurisdição: conceito e classificação; equivalentes jurisdicionais; jurisdição voluntária; jurisdição contenciosa: características; limites; objeto; princípios. Da competência: classificação; determinação, modificação. Da ação: Histórico; teorias; condições; elementos; classificação: ação declaratória, ação constitutiva, ação condenatória, ação auto-executiva, ação mandamental; concurso e cumulação de ações. Do processo; conceito; objeto; tipos de processos, natureza jurídica; princípios. Atos processuais: classificação; princípios; o tempo no processo; prazos processuais. Comunicação de atos processuais: citação e intimação. Nulidades processuais.

Período	Terceiro
Disciplina	Direito Empresarial I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas

Créditos	6
Pré-requisitos	Teoria Geral do Direito Civil
Objetivo Geral	Proporcionar visão crítica e abrangente dos direitos e deveres do empresário nos diversos tipos de sociedades da legislação brasileira.
Objetivos Específicos	Possibilitar ao aluno o conhecimento dos princípios e normas que regulam a atividade do empresário e da empresa, abordando as inovações e alterações ocorridas no direito comercial com o Código Civil de 2002. Estudar o Livro II da parte especial do código civil, que contempla o “direito de empresa”, para compreender a problemática da empresa e do empresário. Analisar as formas societárias previstas na legislação brasileira, com especial enfoque para a sociedade limitada.
Ementa	Histórico e evolução do direito empresarial. O Código Civil e a atividade empresarial. Teoria da Empresa. Conceito de empresa, empresário e sociedade. Do empresário: conceito, capacidade jurídica, obrigações e prerrogativas. Empresário individual. Atividades econômicas civis. Prepostos dos empresários. Registro empresarial. Escrituração empresarial. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Propriedade industrial. Direito societário: sociedades personificadas; classificação e sociedades não personificadas. Constituição das sociedades contratuais. Diversos tipos societários. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Microempresa e empresa de pequeno porte.

Período	Quarto
Disciplina	Direito Contratual I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito das Obrigações
Objetivo Geral	Contribuir para a formação do aluno através da concepção do direito como agente transformador mostrando ser o direito das obrigações indispensável ao exercício da cidadania articulado com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, instrumento vivificador nas relações jurídicas individuais.
Objetivos Específicos	Analisar a teoria geral dos contratos, desde a natureza jurídica à formação e extinção, com enfoque nas principais teorias e tendo em vista a função social e a possibilidade de resolução por onerosidade excessiva, em contraposição à máxima pacta sunt servanda. Analisar os contratos de compra e venda, troca, doação, locação, inclusive regido pela lei do inquilinato, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada e estimatório, destacando seus elementos essenciais, naturezas, características e direitos e deveres decorrentes.
Ementa	Dos contratos em geral. Formação do contrato. Da estipulação em favor de terceiros. Dos vícios redibitórios. Da evicção. Dos contratos aleatórios. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Da extinção dos contratos. Dos contratos previstos no código. Da compra e venda. Da troca. Da doação. Da locação. Legislação especial sobre locação. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Contrato estimatório.

Período	Quarto
Disciplina	Direito Constitucional III
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Constitucional II
Objetivo Geral	Completar os estudos de direito constitucional, com base na Constituição Federal de 1988, estudando a organização dos três poderes e das funções essenciais à administração da justiça.

Objetivos Específicos	Analisar a teoria de separação dos poderes e aprofundar quanto a cada um, iniciando pelo Legislativo e prosseguindo com o Executivo e Judiciário, inclusive quanto aos conselhos de controle instituídos pela emenda constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004. Completar os estudos de direito constitucional, com base na Constituição Federal de 1988, estudando a organização dos três poderes e das funções essenciais à administração da justiça. Dar especial ênfase ao processo legislativo, pela sua direta e imediata relação com o controle da constitucionalidade.
Ementa	1. Organização dos Poderes. Teoria da Separação de Poderes. Montesquieu. Sistema de Freios e Contrapesos. Separação de poderes ou separação de funções. 2. Poder Legislativo. Sistemas. Funções típicas e atípicas. Funcionamento. Reuniões. 3. Câmara dos Deputados. Senado Federal. Congresso Nacional. Assembleia Legislativa. Câmara de Vereadores. 4. Dos parlamentares. 5. Processo legislativo. 6. Exercício da função fiscalizadora. Tribunais de contas. 7. Exercício da função investigadora. 8. Exercício da função julgadora. 9. Poder Executivo. Sistemas e formas de governo. 10. Presidente e vice-presidente da República. Órgãos auxiliares. 11. Poder Judiciário. Órgãos. Função judiciária. Independência e autonomia. 12. Carreira da magistratura. 13. Justiça federal. 14. Justiça do Trabalho. 15. Justiça Militar. 16. Justiça Eleitoral. 17. Justiça estadual. 18. Supremo Tribunal Federal. Estrutura e competência. 19. Superior Tribunal de Justiça. Estrutura e competência. 20. Ministério Público. Estrutura e atribuições. Carreira do Ministério Público. 21. Advocacia pública e privada. Defensoria Pública. 22. Linhas gerais da tributação, das finanças públicas, dos orçamentos e da ordem econômica e financeira.

Período	Quarto
Disciplina	Direito Penal III
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Penal II
Objetivo Geral	Iniciar os estudos sobre a parte especial do Código Penal analisando suas características, sistemas de classificação e influência na parte geral e, cronologicamente, os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a organização do trabalho e ao sentimento religioso e respeito aos mortos.
Objetivos Específicos	Estudar a parte especial do Código Penal analisando sua importância, características e estrutura. Analisar cada tipo penal definido nos arts. 121 a 183 e 197 a 212 do Código Penal, deles extraíndo os sujeito ativo e passivo, o tipo subjetivo, a objetividade jurídica e o objeto material nas formas consumadas e tentadas.
Ementa	Introdução à parte especial do Código Penal. Dos crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Crimes de lesão corporal. Crimes de perigo individual. Principais figuras. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo. Extorsão. Dano. Apropriação indébita. Estelionato. Receptação. Dos crimes contra a organização do Trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; noções gerais.

Período	Quarto
Disciplina	Direito Empresarial II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Empresarial I
Objetivo Geral	Proporcionar conhecimentos sobre os títulos de crédito com análise individualizada dos principais em face da importância para a atividade empresarial, inclusive frente às

	inovações e alterações introduzidas pelo Código Civil.
Objetivos Específicos	Conceituar e identificar os principais títulos de crédito do direito brasileiro em confronto com o direito internacional, dada a uniformização adotada para alguns, como a nota promissória e a letra de câmbio. Compreender a importância dos títulos de crédito no mundo contemporâneo cada vez mais reduzido de fronteiras. Analisar os títulos de crédito em espécies, previstos na legislação extravagante, e os títulos ao portador, previstos no Código Civil.
Ementa	Atributos do crédito. Definição. Natureza jurídica. Classificação. Dos títulos de crédito no código civil de 2002. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Título de crédito rural. Título de crédito industrial. Título de crédito imobiliário e da dívida agrária. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de sociedades por ações.

Período	Quarto
Disciplina	Processo de Conhecimento II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Processo de conhecimento I
Objetivo Geral	Dar continuidade aos estudos iniciados em direito processual civil I, analisando a relação jurídica processual e seus sujeitos com enfoque específico no procedimento comum ordinário e sumário do processo de conhecimento, desde a petição inicial à sentença e coisa julgada, passando pelas várias formas de resposta do réu, revelia e instrução do processo.
Objetivos Específicos	Analisar o processo de conhecimento desde os pressupostos necessários para a formação e desenvolvimento válido e regular às crises causadoras de suspensão ou extinção anormal. Dissecar a petição inicial destacando seus requisitos formais extrínsecos e intrínsecos, com especial zelo quanto à causa de pedir, ao pedido, inclusive de tutelas provisórias. Analisar as diversas formas de diretas e indiretas do réu responder à ação, bem como os efeitos da ausência de contestação. Estudar a fase conciliatória e instrutória com especial destaque para a teoria geral das provas e procedimentos probatórios. Estudar a técnica de elaboração da sentença e o curso final do processo com o seu trânsito em julgado.
Ementa	Da formação da suspensão e da extinção do processo, da fase postulatória, tutela provisória, providências preliminares e saneamento do processo, instrução processual e da sentença e coisa julgada.

Período	Quarto
Disciplina	Direito Administrativo III
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Administrativo II
Objetivo Geral	Completar os estudos de direito administrativo abordando especificamente a licitação e contratos administrativos, as formas de intervenção do estado no domínio econômico e na propriedade privada e os meios de controle da atividade pública.
Objetivos Específicos	Estudar o processo de licitação sob todas as modalidades, desde a fundamentação teórica à ao contrato administrativo, destacando suas peculiaridades frente ao contrato de direito privado. Analisar as formas pelas quais o estado intervém no domínio econômico para reprimir abuso e controlar abastecimento, assim como intervém na propriedade privada por meio da desapropriação e outros institutos como a servidão administrativa, ocupação, requisição, limitação e tombamento. Conhecer os meios administrativos, legislativos e judiciais de controlar a atividade administrativa.

Ementa	Licitação pública. Conceito. Finalidade. Princípios. Objeto. Dispensa e inexigibilidade. Proibição. Modalidades. Fases do procedimento. Revogação e anulação. Desistência. Controle administrativo e controle judicial. Contrato administrativo. Conceito. Natureza jurídica. Características. Interpretação. Prazo. Garantias. Peculiaridades. Cláusulas uniformes e cláusulas exorbitantes. Inexecução. Alteração do contrato. Reajuste, correção monetária e indenização. Revisão e reajustamento. Anulação, denúncia, rescisão e distrato. Intervenção estatal no domínio econômico. Conceito. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Controle de abastecimento. Tabela de preços. Intervenção estatal na propriedade privada. Conceito. Desapropriação. Servidão administrativa. Ocupação. Requisição. Limitação. Tombamento. Controle da administração pública. Importância. Controle administrativo. Controle legislativo. Controle judicial. Administração em juízo.
--------	---

Período	Quinto
Disciplina	Direito Contratual II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Contratual I
Objetivo Geral	Completar o estudo do direito das obrigações com a análise dos demais contratos típicos previstos no Código Civil, alguns contratos extravagantes e os atos unilaterais.
Objetivos Específicos	Completar o estudo do direito das obrigações com a análise dos demais contratos típicos previstos no Código Civil, alguns contratos extravagantes e os atos unilaterais e a responsabilidade civil.
Ementa	Do depósito. Do mandato. Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Do Transporte. Do seguro. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança. Da transação. Do compromisso. Dos contratos previstos em leis extravagantes. Dos atos unilaterais. Liquidação das obrigações.

Período	Quinto
Disciplina	Direito Penal IV
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Penal III
Objetivo Geral	Dar continuidade ao estudo à parte especial do Código Penal analisando particularmente os tipos penais dispostos a partir dos crimes contra a dignidade sexual e, também, as contravenções penais.
Objetivos Específicos	Analisar, sistematicamente, todos os tipos de crimes contra a dignidade sexual, tendo em vista, inclusive, o posicionamento dos tribunais quanto aos aspectos mais controvertidos. Analisar, resumidamente, os tipos de crimes contra a família, incolumidade pública, paz pública e fé pública, por serem de menor importância no contexto do direito penal. Analisar, sistematicamente, os principais crimes contra a administração pública, especialmente os praticados por funcionário público contra a administração em geral e os de particulares, contra administração em geral e administração pública estrangeira. Estudar a lei contravenções penais, identificando os principais tipos penais.
Ementa	Crimes contra a dignidade sexual. Classificação dos delitos e suas peculiaridades. Crimes contra a liberdade sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Lei das

	contravenções penais.
--	-----------------------

Período	Quinto
Disciplina	Processo de Execução
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Processo de Conhecimento I
Objetivo Geral	Estudar as formas de compelir o devedor a cumprir sua obrigação reconhecida por sentença ou título executivo declarado por lei, sem necessidade de prévio processo de conhecimento.
Objetivos Específicos	Dar ao estudante ampla visão do processo de execução, desde a jurisdição e competência executiva, os princípios aplicados à execução e as condições e requisitos da execução, focando minuciosamente a execução para cobrança de crédito. Analisar todas as espécies de execução fundada em título extrajudicial e seus procedimentos desde a formação, desenvolvimento e extinção. Analisar o procedimento para execução de sentença nos mesmos autos do processo de conhecimento. Estudar a responsabilidade patrimonial do devedor e de terceiros, além das formas de defesa do executado.
Ementa	Processo de execução. Regras gerais do processo de execução. Princípios informadores da execução. Responsabilidade patrimonial. Pressupostos específicos da execução. Sujeitos do processo de execução. Competência. Execução provisória e definitiva. Liquidação da sentença. Petição inicial no processo de execução. Das execuções em espécie. Da sentença executiva lato sensu. Fase de cumprimento de sentença. Execução forçada. Execução de títulos extrajudiciais. Das diversas espécies de execução. Execução de dar, fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra devedor solvente. Execução contra a fazenda pública. Oposição à execução forçada. Embargos do devedor. Embargos de retenção por benfeitorias. Execução contra devedor insolvente. Concurso de credores, com enfoque prático. Suspensão e extinção do processo de execução. Remição. Insolvência. Da defesa do executado.

Período	Quinto
Disciplina	Direito Processual Penal I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Iniciar os estudos do Direito Processual Penal, com ênfase no histórico, sistemas, princípios e regras, bem como formas processuais, preparando o aluno para compreender os procedimentos processuais penais em mais dois semestres de estudos.
Objetivos Específicos	Estudar a teoria geral do processo sob o prisma processual penal como instrumento para aplicação da lei penal. Iniciar e avançar estudos sobre o Código de Processo Penal desde o inquérito policial passando pela ação penal e ação civil ex delicto, jurisdição, competência, medidas cautelares e contracautelares e completando com os sujeitos da relação processual e os atos processuais.
Ementa	Introdução. Resumo histórico. O processo penal no Brasil. Princípios e regras do processo penal. Relação com os outros ramos do direito. Formas de processo. Pressupostos processuais. Aplicação e interpretação da lei processual. Interpretação da lei processual. Fontes do processo penal. Do inquérito policial. Da prisão e da liberdade provisória. Da ação penal. Da jurisdição e competência. Sujeitos da relação processual. Dos atos processuais. Das nulidades.

Período	Quinto
Disciplina	Responsabilidade Civil
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Teoria Geral do Direito Civil
Objetivo Geral	Estudar a responsabilidade civil entre particulares e do poder público, por danos causados por seus agentes.
Objetivos Específicos	<p>Permitir ao aluno apreender conceitos, princípios e normas da responsabilidade civil e habilitá-lo para a prática profissional. Analisar os elementos da responsabilidade civil subjetiva e objetiva, desde o esboço histórico ao presente, a partir do fundamento constitucional à regras do Código Civil Estudar casos especiais de responsabilidade civil, como por danos ambientais, no direito de família, biodireito e em acidentes nucleares e aeronáuticos.</p> <p>Analisar casos pontuais de responsabilidade do poder público por danos causados por seus agentes, sejam atos omissivos ou comissivos. Estudar a problemática da responsabilidade civil do poder público por erro judiciário.</p>
Ementa	Conceito. Teoria geral da responsabilidade civil. Responsabilidade contratual por inadimplemento da obrigação. Responsabilidade civil extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil extracontratual. Da ação ou omissão. Do nexa de causalidade. Do resultado. Da culpa ou dolo. Da responsabilidade por fato de terceiro. Teoria da imprevisão. Do dano e sua reparação. Dano material e dano moral. Liquidação dos danos. Garantias das obrigações.

Período	Quinto
Disciplina	Direito Falimentar
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Contribuir para a formação do profissional conhecedor do regime de insolvência mercantil vigente no ordenamento jurídico nacional.
Objetivos Específicos	<p>Identificar o direito empresarial atual e a razão de seu estudo e descrever e explicar o conteúdo da disciplina com enfoque para a aplicabilidade. Relacionar o conteúdo disciplinar com os demais ramos do direito e analisar o procedimento falimentar e da recuperação judicial de empresas.</p> <p>Apresentar os instrumentos disponibilizados pela legislação vigente no trato de questões sobre a insolvência do devedor empresário. Preparar o aluno para executar peças processuais ínsitas aos processos de insolvência. Estimular a construção do conhecimento numa perspectiva crítica relacionando legislação e órgãos e organismos responsáveis pelo sistema jurídico empresarial.</p>
Ementa	Recuperação extrajudicial: conceito; características, procedimento; plano de recuperação extrajudicial. Recuperação judicial: objetivos, natureza jurídica; procedimento; impedimentos; plano de recuperação judicial. Administração. Convocação em falência. Cumprimento da recuperação. Falência: conceito; caracterização; pressupostos; causas determinantes; causas eximentes. Insolvência; impontualidade. Do processo falimentar. Legitimidade passiva e ativa. Juízo competente. Rito processual. Do pedido e da resposta do devedor. Da sentença denegatória de falência. Da sentença decretatória da falência, requisitos e natureza jurídica. Efeitos da sentença decretatória. Ação revocatória. Administração; arrecadação; administração dos bens do falido. Ação de terceiros prejudicados; pedido de restituição e embargos de terceiros. Habilitação de créditos;

	processamento; verificação e classificação dos créditos. Liquidação; formas de alienação do ativo e pagamento de credores. Encerramento da falência. Crimes falimentares. Disposições gerais especiais.
--	---

Período	Sexto
Disciplina	Direito das Coisas
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Estabelecer as linhas distintivas entre direitos reais e pessoais analisando cada um dos direitos reais próprios e sobre coisas alheias previstos no Código Civil.
Objetivos Específicos	Analisar os institutos da posse e da propriedade estabelecendo as linhas distintivas, inclusive quanto à função social da propriedade. Identificando os modos de aquisição e perda da propriedade e posse, aprofundando a análise quanto à usucapião. Conceituar, identificar e analisar cada direito real sobre coisa alheia previsto no Código Civil. Conhecer os princípios e regras do direito de vizinhança e o regramento sobre condomínio em geral e condomínio edilício, incorporação imobiliária e loteamento, inclusive à luz do estatuto das cidades.
Ementa	Direito das coisas. Natureza jurídica. Relações com os direitos pessoais. Conteúdo: Posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias. Da posse: Conceito. Natureza jurídica. Elementos constitutivos. Efeitos. Aquisição e perda. Da propriedade: Conceito. Elementos. Classificação. Função social. Da propriedade imóvel: Aquisição originária e derivada. Da aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio geral. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Dos direitos reais sobre coisas alheias.

Período	Sexto
Disciplina	Processo Cautelar e Procedimentos Especiais
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Processo de Conhecimento II
Objetivo Geral	Analisar os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.
Objetivos Específicos	Estudar os principais procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e as linhas gerais da jurisdição voluntária.
Ementa	Introdução aos procedimentos especiais, ação de consignação em pagamento, ações possessórias, ação de demarcação de terras particulares, ação de dissolução parcial de sociedade, inventário e partilha, embargos de terceiro, ação monitória e procedimentos de jurisdição voluntária.

Período	Sexto
Disciplina	Direito Processual Penal II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual Penal I

Objetivo Geral	Compreender as questões e processos incidentes e os procedimentos processuais penais diversos, inclusive da execução penal, previstos no Código de Processo Penal e na lei dos juizados especiais.
Objetivos Específicos	Dar continuidade aos estudos de processo penal analisando as questões, processos incidentes, sistema probatório e os princípios norteadores. Analisar os diversos procedimentos do processo penal, inclusive de competência do júri e da lei dos juizados especiais. Analisar o processo comum e processo sumário e dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Proporcionar visão crítica do processo penal, observando as questões atuais frente à criminalidade e as garantias constitucionais. Desenvolver análise interdisciplinar do processo penal conjuntamente com as demais disciplinas do curso de direito e de outras ciências.
Ementa	Das questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Das exceções. Conflito de jurisdição. Restituição de coisas apreendidas. Das medidas assecuratórias. Das provas em espécie: perícias. Do interrogatório. Das perguntas ao ofendido. Das testemunhas. Do reconhecimento de pessoas e coisas. Da acareação. Dos documentos. Dos indícios. Da busca e apreensão. Das provas ilegítimas e ilícitas. Dos processos em espécie. Do júri popular. Dos ritos das leis especiais. Da execução penal.

Período	Sexto
Disciplina	Legislação Penal Especial
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Fornecer informações sobre a legislação penal especial abordando o momento histórico do nascimento da lei em estudo das fontes, a função, os objetivos, aspectos materiais e processuais, analisando o texto e o contexto em face da criminalidade brasileira.
Objetivos Específicos	Estudar as leis penais extravagantes em razão da impossibilidade temporal de inseri-las nos demais conteúdos de direito penal. Analisar, especificamente, os crimes relacionados às drogas e na lei dos crimes hediondos e os equiparados, destacando inclusive seus aspectos processuais. Analisar a tipologia dos crimes de trânsito e dos previstos no Estatuto do Desarmamento e nas leis de proteção da ordem financeira, ordem tributária e do meio ambiente. Conhecer algumas condutas previstas na lei das contravenções penais e sua aplicabilidade na atualidade.
Ementa	Crimes sobre drogas. Tipos penais. Elementos subjetivos e objetivos. Penas. Aspectos processuais. Crimes hediondos. Crimes equiparados a hediondos. Natureza jurídica. Tipos penais. Crimes de Trânsito. Tipos penais. Estatuto do Desarmamento. Tipos penais. Crimes contra o sistema financeiro. Tipos penais. Crimes contra a ordem tributária. Tipos penais. Crimes ambientais. Tipos penais. Lei das Contravenções Penais.

Período	Sexto
Disciplina	Direito do Trabalho I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Auxiliar os alunos na compreensão dos institutos e dos mecanismos essenciais do direito laboral, oferecendo visão moderna e inquietante, através de análise de princípios e diretrizes em suas transformações e suas novas perspectivas.
Objetivos Específicos	Transmitir ao aluno segura formação sobre o direito do trabalho investigando a legislação

	ordinária e complementar com abordagens da doutrina especializada e jurisprudência. Analisar aspectos práticos do direito do trabalho propiciando condições para aplicação do aprendizado ao exercício profissional. Ingressar nas técnicas de hermenêutica jurídicas ao direito do trabalho, levando em consideração os novos mecanismos de solução dos conflitos trabalhistas.
Ementa	Origem e evolução do direito do trabalho. Autonomia e natureza jurídica do direito do trabalho. Relação do direito do trabalho com outros ramos da ciência jurídica. Fontes, aplicação e interpretação do direito do trabalho. Princípios do direito do trabalho. Prescrição e decadência no direito do trabalho. Contrato individual do trabalho e contratos afins. Sujeitos das relação de emprego. Salário e remuneração. Duração do trabalho-jornada de trabalho, horas extras, intervalos e descanso semanal remunerado. Férias anuais remuneradas. Gratificação natalina.

Período	Sexto
Disciplina	Prática Jurídica Cível I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Processo do Conhecimento II
Objetivo Geral	Iniciar o aluno na prática do processo civil a partir da identificação do problema que lhe é apresentado, passando pela escolha da ação adequada e a sua propositura perante o juízo de primeiro grau.
Objetivos Específicos	Elaborar peças que formam os autos do processo civil, como a petição inicial, os atos de resposta do réu e os atos do juiz e de seus auxiliares. Desenvolver a oratória como instrumento de trabalho de advogados, membros do Ministério Público e juízes. Realizar, nos casos concretos, atendimento no núcleo de prática jurídica, identificando o problema apresentado, escolhendo a ação adequada e a propondo perante o juízo de primeiro grau.
Ementa	Estudar a prática processual civil a partir da elaboração de peças no processo de conhecimento, execução e cautelar, em seus diversos procedimentos. Proceder aos atos processuais de atuação, bem assim dos atos privativos dos serviços auxiliares do juiz, tais como: distribuidor, escrivania, contadoria, oficial de justiça, dentre outros. Desenvolver atividades simuladas e reais a partir do atendimento, elaboração de peças e propositura da medida judicial cabível no juízo de primeiro grau competente, bem assim do acompanhamento processual dos casos concretos.

Período	Sétimo
Disciplina	Direito de Família
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Teoria Geral do Direito Civil
Objetivo Geral	A disciplina visa fornecer ao estudante do curso de graduação em direito, conhecimentos sobre a família no direito brasileiro, a partir de sua notícia histórica no direito romano, até os dias atuais, quando foi erigida constitucionalmente à categoria de célula base da sociedade, cujas repercussões na legislação foram profundas, culminando com amplas modificações introduzidas pelo Código Civil em vigor a partir de 11 de janeiro de 2003.
Objetivos Específicos	Analisar as origens históricas da família e sua forma de constituição pelo casamento civil ou religioso, bem como os efeitos patrimoniais, sociais e morais do casamento. Estudar a união estável e o concubinato e seus reflexos sobre os direitos do homem e da mulher. Analisar as formas e efeitos jurídicos da dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Estudar o direito parental e seus efeitos quanto aos alimentos e repercussões no plano hereditário.

	Reconhecer as formas de filiação, modos de reconhecimento e questões referente à reprodução assistida.
Ementa	Teoria geral do Direito de Família. Do casamento: das restrições pessoais ao casamento; da realização do casamento; da invalidade do casamento; da eficácia do casamento; da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Do direito parental: das relações de parentesco; da filiação; do reconhecimento dos filhos; da adoção. Do direito protetivo: do poder familiar; do usufruto e da administração dos bens dos filhos incapazes; dos alimentos; da tutela e da curatela. Do regime de bens do casamento: disposições gerais; do pacto antenupcial; do regime da comunhão parcial; do regime da comunhão universal; do regime de participação final nos aquestos; do regime de separação de bens. Da união estável e do concubinato.

Período	Sétimo
Disciplina	Direito do Trabalho II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito do Trabalho I
Objetivo Geral	Completar os estudos de direito do trabalho com abordagem sobre o direito individual e coletivo, a partir das normas gerais de proteção à cessação do contrato de trabalho.
Objetivos Específicos	Possibilitar a compreensão da origem e fundamentos das normas trabalhistas referentes à execução e extinção do contrato de trabalho, levando em conta a evolução das relações de produção e de trabalho. Capacitar o aluno para atuar profissionalmente na área do direito do trabalho e, sobretudo, produzir cientificamente e com visão crítica sobre temas específicos nesta área do conhecimento. Estudar as normas especiais de tutela do trabalho, englobando as de segurança, saúde e higiene no trabalho. Analisar os princípios e fundamentos do direito coletivo do trabalho, confrontando-os com as normas gerais e especiais e a realidade vigente em que princípios e normas devem produzir seus efeitos e debater os direitos difusos e coletivos no direito do trabalho.
Ementa	Normas gerais de tutela. Atividades insalubres e perigosas. Alteração das condições de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato. Estabilidade. Aviso prévio. Cessação do contrato. Fundo de garantia por tempo de serviço. Direito coletivo do trabalho, sindicato. Negociação coletiva trabalhista. A greve no direito coletivo.

Período	Sétimo
Disciplina	Direito Recursal Cível
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Processo do Conhecimento II
Objetivo Geral	Complementar os estudos de direito processual civil, levando o aluno a conhecer e compreender o sistema brasileiro de impugnação de decisões judiciais, por meio de recursos e outros instrumentos capazes de produzir efeitos semelhantes.
Objetivos Específicos	Mostrar como funcionam os tribunais brasileiros de segundo grau, tomando como paradigma o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e estendendo a compreensão para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, como meio necessário para compreender a forma de julgamento dos recursos e equivalentes. Demonstrar a teoria geral dos recursos e os recursos em espécies previstos no Código de Processo Civil e sua base constitucional, inclusive com a interpretação dada pelos tribunais. Analisar o procedimento recursal nos juizados especiais cíveis e o funcionamento das turmas julgadoras. Analisar os principais equivalentes recursais, assim

	consideradas ações ou incidentes processuais que, sem serem recursos, produzem efeitos semelhantes ou até mais eficazes.
Ementa	Dos recursos: Teoria geral dos recursos. Espécies de recursos: apelação. Recurso adesivo. Agravo de instrumento e agravo retido. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo regimental e agravo nos próprios autos. Embargos de divergência. 2. Dos equivalentes recursais: Teoria geral. Ação rescisória. Mandado de segurança. Uniformização de jurisprudência. Incidente de inconstitucionalidade. Reclamação. Pedido de suspensão de liminar e de sentença.

Período	Sétimo
Disciplina	Direito Processual Penal III
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual Penal II
Objetivo Geral	Complementar os estudos de direito processual penal, levando o aluno a conhecer e compreender o sistema brasileiro de impugnação de decisões judiciais no âmbito do processo penal, por meio de recursos e outros instrumentos capazes de produzir efeitos semelhantes.
Objetivos Específicos	Ensinar ao aluno os recursos em espécies previstos no Código de Processo Penal e sua base constitucional, inclusive com a interpretação dada pelos tribunais. Analisar o procedimento recursal nos juizados especiais criminais e o funcionamento das turmas julgadoras. Analisar os principais equivalentes recursais no processo penal, assim consideradas ações ou incidentes processuais que, sem serem recursos, produzem efeitos semelhantes ou até mais eficazes. Compreender os institutos da execução penal com base na legislação especial que rege a matéria, com destaque para os incidentes.
Ementa	Dos recursos: Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Dos embargos infringentes e de nulidade. Dos embargos de declaração. Da revisão. Da carta testemunhável. Do habeas corpus. Da correição parcial. Do agravo. Do mandado de segurança na esfera criminal. Da reclamação. Da execução: Natureza jurídica. Da penas. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Da remição. Da anistia, graça e indulto. Da reabilitação. Medidas de segurança. Dos deveres e direitos do condenado. Da execução das penas.

Período	Sétimo
Disciplina	Prática Jurídica Cível II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Prática Jurídica Cível I
Objetivo Geral	Em atividades simuladas, ensinar ao aluno a interposição de recursos cíveis como forma de reverter decisão judicial, assim como ensiná-la a se defender contra recursos interpostos pela parte contrária, bem como a enfrentar decisões judiciais por outros meios que não sejam os recursos, por isso denominados equivalentes recursais.
Objetivos Específicos	Desenvolver as peças da grade recursal prevista no código de processo civil, bem como peças de contrarrazões desses recursos em casos simulados. elaborar peças de ações cíveis de competência originária dos tribunais, e identificar os demais meios de impugnar decisões judiciais além dos recursos.
Ementa	Impugnação de decisões judiciais por meio de recursos ou equivalentes recursais. Prática de ações civis de competência originária dos tribunais e atuação no polo passivo da relação recursal. Atendimento no núcleo de prática jurídica.

Período	Sétimo
Disciplina	Sociologia
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Fornecer visão sociológica por meio da compreensão do cotidiano e da história para possibilitar postura crítica frente à realidade do direito.
Objetivos Específicos	Propiciar o conhecimento dos quadros teóricos que fundamentam a Sociologia e desenvolver a capacidade de estabelecer relação entre Direito, Sociologia e Sociedade. Utilizar o pensamento sociológico clássico no exercício da leitura e da interpretação do contexto social contemporâneo. Despertar postura de questionamento e interpretação sobre a eficácia da aplicação das normas e preceitos jurídicos como trajetória sociocultural em que opera o Direito. Desenvolver no estudante a capacidade de se posicionar criticamente frente às mais diversas situações que envolvem o cotidiano e de problematizar essas mesmas situações. Fazer leitura crítica e não dogmática do Direito e refletir sobre a efetividade do Direito e sobre o acesso à justiça.
Ementa	Sociologia geral e sociologia jurídica. Sociologia jurídica e ciências sociais. O fenômeno social como objeto de estudo de diversas disciplinas. Saber jurídico e ciências sociais. A visão sociológica do fenômeno jurídico. O direito como fenômeno social. Origem social do direito. Sociedade, direito e poder. A efetividade do Direito e o acesso à justiça.

Período	Oitavo
Disciplina	Direito das Sucessões
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito de Família
Objetivo Geral	Conceituar a sucessão, no sentido da transmissão do patrimônio, por efeito causa mortis, e identificar a sucessão testamentária e a sucessão legítima e estudar as formas de testamento.
Objetivos Específicos	Identificar, enunciar e descrever os principais aspectos e as principais formalidades para transmissão, aceitação e renúncia da herança, bem como os casos de quem não pode suceder por indignidade ou deserção. Caracterizar e analisar a ordem de vocação hereditária e o direito de representação. Enunciar, assinalar e explicar os fundamentos da sucessão testamentária, suas formas, casos de revogação e execução do testamento. Descrever os fundamentos das regras interpretativas do testamento, reduções e substituições testamentárias. Identificar e explicar os principais aspectos do inventário e arrolamento, inclusive por via administrativa. Analisar temas controvertidos do direito sucessório, como a sucessão nas relações homo afetivas, união estável e concubinato.
Ementa	Direito das sucessões. Noções. Elementos. Conteúdo. Sucessões em geral: Abertura. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e vacante. Proibição de suceder. Sucessão legítima. Herdeiros e direito de representação. Poder público como sucessor.

Período	Oitavo
Disciplina	Prática Jurídica Penal
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual Penal III

Objetivo Geral	Propiciar ao aluno o conhecimento prático de todas as fases do processo penal, utilizando as diversas técnicas e metodologias atinentes à prática jurídica.
Objetivos Específicos	Ensinar ao aluno propor ação penal e oferecer defesa nos processos penais de competência originária dos tribunais da justiça estadual e federal. Estudar a prática dos recursos e contrarrazões perante a turma recursal dos juizados especiais. Interpor recursos contra decisões proferidas em primeiro grau de jurisdição, em matéria penal, como advogado ou membro do Ministério Público. Apresentar contrarrazões nos recursos interpostos nos processos em que atue como advogado ou membro do Ministério Público.
Ementa	Estudar a prática processual penal, conforme seus diversos procedimentos. O processo penal nos tribunais por meio de recursos, equivalentes recursais e ações penais de competência originária, em sede de justiça estadual e justiça federal.

Período	Oitavo
Disciplina	Psicologia
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Desenvolver a consciência crítica e sensibilizar o estudante para a multiplicidade de influências sobre a conduta humana e relevância da psicologia como ferramenta útil na promoção da justiça.
Objetivos Específicos	Conhecer, discutir e avaliar as principais teorias psicológicas e a importância de seus papéis na promoção dos direitos social e cidadania. Proporcionar conhecimento acerca da formação da personalidade e da psicopatologia e identificar a influência da cultura sobre o comportamento. Apreciar a psicologia jurídica como área da psicologia e seu papel junto às instituições promotoras dos direitos sociais. Conhecer a sistemática de produção dos documentos de avaliações, laudos e perícias.
Ementa	As contribuições da psicologia e das principais teorias: behaviorismo, psicanálise e psicologia sócio-histórica. Psicologia, cidadania e o problema do controle social. Formação e estruturação da personalidade. A influência da cultura sobre o comportamento. Transtornos (neurose, psicose, mania e perversão). Psicologia jurídica e psicologia criminal: componentes psicológicos da conduta antissocial.

Período	Oitavo
Disciplina	Direito Processual do Trabalho I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito do Trabalho II
Objetivo Geral	Propiciar ao acadêmico, visão abrangente do direito processual trabalhista destacando o objetivo e a finalidade do processo trabalhista brasileiro.
Objetivos Específicos	Conhecer a origem e as formas de solução de conflitos trabalhistas individuais e coletivos, dominando todo conteúdo relativo ao processo do trabalho. Ensinar ao aluno as técnicas de interpretação do direito processual do trabalho à luz da doutrina e jurisprudência. Possibilitar ao aluno o reconhecimento do papel conciliador do direito processual do trabalho. Possibilitar ao aluno conhecimento para propositura de demandas trabalhistas, realização de audiências e utilização dos meios de prova.
Ementa	Justiça do trabalho. Organização. Serviços auxiliares. Ministério público junto à justiça do trabalho. Jurisdição. Conceito. Jurisdição voluntária. Competência. Modificações da competência. Processo. Procedimento. Atos e fatos processuais. Prazos processuais. Nulidades partes. Litisconsórcio. Assistência. Substituição processual. Prazos processuais. Intervenção de terceiros. Petição inicial. Defesa do reclamado. Exceções. Reconvenção.

	Audiência de conciliação e instrução. Prova.
--	--

Período	Oitavo
Disciplina	Direito Internacional
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Desenvolver estudos do Direito Internacional a fim de permitir ao alunado estabelecer relação existente entre a legislação nacional e a estrangeira no âmbito direito público e privado.
Objetivos Específicos	Levar o aluno à leitura não só das obras didático-jurídicas, bem como daquelas correlatas, estimulando o uso correto da terminologia jurídico-filosófica. Deixar claro que no mundo atual os conceitos emitidos pelo Direito Internacional, não pertence somente aos profissionais do Direito, devem também integrar a cidadania. Conscientizar o alunado da importância que tem o Direito em geral, e a presente disciplina em particular, na modificação das regras políticas objetivando o abrandamento das desigualdades sociais.
Ementa	Direito internacional público e privado: conceitos e fundamentos. As fontes comuns. Personalidade internacional. A nacionalidade em direito internacional. Condições jurídicas do estrangeiro. Exclusão de estrangeiro de território nacional. Direitos humanos. Organizações internacionais. Proteção diplomática. Conflitos internacionais. Soluções. Princípios gerais do direito internacional privado e processual civil internacional. A <i>lex mercatoria</i> . Objeto de conexão e elementos de conexão. Cooperação judiciária internacional. Preceitos básicos do direito internacional privado.

Período	Oitavo
Disciplina	Economia
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Compreensão das ferramentas básicas da microeconomia e aplicação delas aos problemas clássicos da disciplina de Direito e Economia.
Objetivos Específicos	Compreensão das limitações que a Economia impõe à efetividade de certas leis e regulamentos. Importância dos direitos de propriedade bem definidos para que a economia e o sistema jurídico possam ter o mínimo de coordenação, estabilidade e eficiência. A importância das decisões racionais de custo e benefícios em todas as áreas da ação humana, até mesmo a criminalidade e a concepção de novas leis.
Ementa	Noções de Microeconomia: Teoria dos Preços, Teoria do Consumidor e da Firma. Economia dos direitos de propriedade. Teorema de Coase. Teoria Econômica dos Contratos. Custos de Transação. Economia da Responsabilidade Civil e Criminal.

Período	Nono
Disciplina	Direito Tributário I
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Constitucional II
Objetivo Geral	Contribuir para a formação do profissional conhecedor do sistema tributário nacional.
Objetivos Específicos	Iniciar o aluno no estudo do Direito tributário como um ramo autônomo do conhecimento,

	notadamente a partir da tratativa da ordem constitucional tributária. Desenvolver conhecimentos específicos da matéria a fim de que o aluno torne-se apto à operabilidade prática com os tributos e sua regulação jurídica no Brasil.
Ementa	Conceito de Direito tributário. O Direito tributário positivo e a ciência do Direito tributário. A tributação no Estado social e democrático de Direito. A questão da receita. Conceito de tributo e sua controvérsia. As espécies tributárias segundo a classificação constitucional. Competências tributárias no Brasil. As limitações do poder de tributar. A questão da imunidade e da isenção tributárias.

Período	Nono
Disciplina	Prática Jurídica Pública
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Prática Jurídica Cível I
Objetivo Geral	Propiciar ao aluno o conhecimento prático do direito público, no tocante aos procedimentos licitatórios, disciplinares, tributários de elaboração legislativa.
Objetivos Específicos	Mostrar ao discente os diversos tipos de processos administrativos como meios de composição ou prevenção extrajudiciais de conflitos. Analisar o desenvolvimento de processos administrativos pelos órgãos da Administração em licitações e contratos administrativos. Estudar o processo administrativo disciplinar de servidores públicos, o processo administrativo tributário e o processo legislativo para elaboração de leis e outros atos legislativos.
Ementa	Estudar a prática do direito público e seus respectivos procedimentos no âmbito administrativo dos três Poderes, por seus diversos órgãos e o processo legislativo, inclusive procedimento recursal.

Período	Nono
Disciplina	Direito Processual Constitucional
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Constitucional III
Objetivo Geral	Complementar o estudo do direito processual a partir de conhecimentos de processo civil, processo penal e direito constitucional.
Objetivos Específicos	Estudar os princípios constitucionais do processo de forma aprofundada como base para perfeita compreensão do direito constitucional. Conhecer e compreender a estrutura e funcionamento dos órgãos da jurisdição nacional previstos para entender a tramitação dos recursos contra decisões judiciais. Estudar o controle judicial da constitucionalidade por meio das ações próprias e dos incidentes processuais. Estudar as ações e os remédios constitucionais como instrumentos de garantias fundamentais.
Ementa	A disciplina versa sobre constituição e processo desde os princípios constitucionais do processo às ações constitucionais de garantia e ao controle da constitucionalidade, sem descuidar dos recursos constitucionais, para o que é necessário analisar a estrutura e funcionamento dos órgãos jurisdicionais.

Período	Nono
Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso I
Carga Horária	60 horas

Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Metodologia do Trabalho Científico
Objetivo Geral	Reunir condições para propiciar ao aluno o despertar de sua aptidão para a pesquisa científica, instrumentalizando-o através do conhecimento da metodologia jurídica para elaboração do projeto de pesquisa e redigir parte do trabalho de curso.
Objetivos Específicos	Conduzir o aluno na busca pela pesquisa teórica relacionada às ocorrências da prática jurídica. Criar condições para o aluno escolher e delimitar o tema, problematizando-o para viabilizar a elaboração do projeto de pesquisa. Despertar no aluno o raciocínio científico. Contribuir para o conhecimento de técnicas científicas para coleta de dados com o consequente aprofundamento teórico.
Ementa	Projeto de pesquisa: escolha e delimitação do tema. Justificativa. Problema. Hipótese. Objetivo geral e específico. Referencial teórico. Metodologia. Cronograma. Referências. Provável estrutura do trabalho monográfico. Redação da primeira parte do trabalho científico.

Período	Nono
Disciplina	Direito Processual do Trabalho II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual do Trabalho I
Objetivo Geral	Propiciar ao acadêmico, visão abrangente do direito processual trabalhista destacando o objetivo e a finalidade do processo trabalhista brasileiro.
Objetivos Específicos	Conhecer a origem e as formas de solução de conflitos trabalhistas individuais e coletivos, dominando todo conteúdo relativo ao processo do trabalho. Ensinar ao aluno as técnicas de interpretação do direito processual do trabalho à luz da doutrina e jurisprudência. Possibilitar ao aluno o reconhecimento do papel conciliador do direito processual do trabalho. Analisar o processo de execução de sentença no âmbito do direito do trabalho e os meios de impugnação por recursos e equivalentes recursais.
Ementa	Sentença. Requisitos. Execução. Recursos no Processo do Trabalho. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Execução. Ações especiais. Dissídio coletivo. Requisitos. Formalidades. Instrução. Sentença normativa. Recursos nos processos de dissídio coletivo.

Período	Nono
Disciplina	Ética
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Proporcionar ao acadêmico contato com os elementos mínimos necessários da ética profissional de modo a corroborar com o processo de formação do comportamento pessoal e profissional na lide jurídica, incluindo o exame de ordem.
Objetivos Específicos	Preparar o acadêmico para a carreira jurídica. Apresentar ao acadêmico a estrutura da Ordem dos Advogados do Brasil a nível Federal e Estadual. Preparar o acadêmico para as questões de ética profissional cobradas no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.
Ementa	Ética e Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Estatuto da Ordem dos advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina da OAB.

Período	Décimo
---------	--------

Disciplina	Direito Tributário II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Tributário I
Objetivo Geral	Analisar e discutir o sistema tributário nacional e todos os tributos sob a ótica econômica frente à necessidade financeira do Estado e do ponto de vista jurídico constitucional.
Objetivos Específicos	Conhecer a estrutura dos tributos previstos na Constituição brasileira e ensinar teoria do processo tributário administrativo e judicial para o estudante compreender na íntegra o sistema tributário nacional, inclusive sob a ótica dos ilícitos penais tributários e repartição das receitas tributárias.
Ementa	Estrutura básica do sistema tributário nacional. Tributos constitucionalmente discriminados à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Outras espécies tributárias. Repartição das receitas tributárias. Processo tributário administrativo e judicial. Ilícitos penais tributários.

Período	Décimo
Disciplina	Processos Coletivos
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual Constitucional I
Objetivo Geral	Complementar o estudo do direito processual a partir de conhecimentos de processo civil, direito do consumidor, direito constitucional e legislação concernente a direitos coletivos.
Objetivos Específicos	Propiciar ao aluno o conhecimento do novo ramo do direito processual civil, denominado direito processual civil coletivo, por meio do estudo dos princípios a ele aplicáveis, das peculiaridades processuais e processuais a ele concernentes e das ações coletivas em espécie.
Ementa	Estudos sobre as modificações do sistema processual civil que redundou na criação de um subsistema dedicado à solução de conflitos de dimensão coletiva, possibilitando ao aluno noções sobre a criação e evolução do sistema de tutela jurisdicional de direitos metaindividuais, com destaque para os princípios, o processo, o procedimento e as ações coletivas em espécie.

Período	Décimo
Disciplina	Prática Jurídica Trabalhista
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Direito Processual do Trabalho II
Objetivo Geral	Propiciar ao discente, conhecimentos gerais da estrutura da Justiça do Trabalho e de seus órgãos e serviços auxiliares permanentes, como o distribuidor, secretaria, oficial de justiça, peritos e intérpretes.
Objetivos Específicos	Preparar o aluno para atuar em casos concretos, desde a entrevista até a propositura da medida judicial cabível, nos procedimentos sumaríssimo, ordinário e especial. Analisar a competência e funcionamento e dos órgãos da justiça do trabalho, bem assim dos procedimentos específicos do cotidiano da prática jurídica trabalhista. Aproximar o discente do processo judicial eletrônico (sistema de peticionamento eletrônico

	– e-doc) e seus instrumentos de atuação no âmbito da justiça do trabalho, inclusive dos serviços colocados à disposição do operador de direito no site dos Tribunais Regionais e Tribunal Superior do Trabalho, promovendo a aproximação do aluno dos novos mecanismos de acesso e atuação no judiciário trabalhista.
Ementa	Estrutura e funcionamento dos órgãos vinculados à Justiça do Trabalho. Entrevistas, audiências e visitas. Atividades simuladas. Estudo da prática do direito e do processo do trabalho e seus respectivos procedimentos no primeiro e segundo graus. Elaboração de petição inicial trabalhista em casos concreto, pelo procedimento sumaríssimo e ordinário.

Período	Décimo
Disciplina	Antropologia
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	A disciplina tem por objetivo introduzir o aluno ao estudo da antropologia jurídica e fornecer fundamentação teórica básica para a compreensão dos processos sociais presentes nas organizações jurídicas, com destaque para as questões indígenas no sistema jurídico brasileiro.
Objetivos Específicos	Estabelecer correlações entre direito, justiça, lei e costumes nas sociedades primitivas a partir de textos antropológicos clássicos. Promover o encontro entre saberes antropológico, médico e jurídico, e entre os meios de repressão e criminalização de práticas mago-religiosas no Brasil. Analisar a justiça, a lei e os costumes nas sociedades primitivas, em especial, a análise das questões envolventes à cultura e terras indígenas.
Ementa	Antropologia como ciência. A antropologia jurídica. Antropologia criminal. Personalidade delinquencial e criminologia. Desenvolvimento histórico e a era lombrosiana, Causas do delito. A vítima como elemento essencial no estudo da antropologia jurídica. Estudo da cultura e sistema jurídico de defesa da cultura indígena.

Período	Décimo
Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso II
Carga Horária	60 horas
Carga horária teórica	45 horas
Atividades Práticas Supervisionadas	15 horas
Créditos	6
Pré-requisitos	Trabalho de Conclusão de Curso I
Objetivo Geral	Continuar a pesquisa teórica a fim de finalizar a redação do trabalho científico proposto no projeto de pesquisa, preparando o aluno para a defesa pública perante a banca examinadora.
Objetivos Específicos	Orientar o aluno para elaboração das demais partes do trabalho monográfico com base na estrutura proposta no projeto de pesquisa. Conferir se a redação final do trabalho possui fundamentação, consistência jurídica, coesão e coerência textual. Analisar se o texto final está de acordo com os aspectos formais definidos pela instituição e preparar o aluno para a defesa pública.
Ementa	Trabalho científico. Monografia. Artigo científico. Projeto. Estrutura formal. Conteúdo. Elaboração. Qualificação. Defesa.

Período	Décimo
Disciplina	Mediação e Arbitragem
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Transmitir conhecimentos teóricos em mediação e arbitragem, capacitando o corpo

	discente para atuar com maior eficácia nesse processo de resolução de conflitos.
Objetivos Específicos	Introduzir o aluno no universo científico da arbitragem para compreender as relações entre teoria e prática. Capacitar o discente para postular e conduzir procedimentos e audiências em instituições arbitrais e atuar como árbitro. Debater a importância da arbitragem para compreensão crítica da realidade social como totalidade concreta, diversa, conflitual e contraditória, porém não fragmentada. Permitir ao aluno visão dos eventuais litígios para serem solucionados por pessoas com conhecimento da matéria objeto da controvérsia, com sigilo, rapidez e eficiência. Proporcionar bom conhecimento sobre mediação e arbitragem, objeto da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Informar sobre a funcionalidade das cortes de conciliação e arbitragem no Estado de Goiás.
Ementa	Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Teoria Geral da Arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro. Arbitragem internacional. Aplicabilidade. Relações Jurídicas dirimíveis por arbitragem. Sujeitos. Competência. Procedimento. Sentença Arbitral. Cortes de Conciliação de Arbitragem no Estado de Goiás. Estudo de prática arbitral e mediação como solução alternativa na solução de conflitos e seus procedimentos.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direito Agrário
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Despertar interesse crítico e analítico nos acadêmicos sobre as questões agrárias, com especial destaque para a função social da terra a fim de estabelecer convivência harmoniosa e pacífica e racional e justa entre homem e a natureza.
Objetivos Específicos	Preparar os acadêmicos para compreender o direito agrário em sede jurisdicional, científica e legislativa. Traçar esboço histórico do direito agrário no País desde o período das sesmarias ao presente. Estudar os conceitos de imóvel rural, módulo rural, módulo fiscal, minifúndio, latifúndio, pequena e média propriedades rurais, propriedade familiar, empresa rural e propriedade produtiva. Analisar o procedimento da ação discriminatória de terras devolutas e as limitações legais e constitucionais.
Ementa	Estudo de questões agrárias do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, relação do homem com a terra, proteção do agricultor, e, sobretudo, à importância da exploração da terra como fato econômico e social.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Libras
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Entender o conceito da Língua Brasileira de Sinais através de percurso histórico dos surdos, além de informá-los na prática, ampliando o conhecimento dos alunos.
Objetivos Específicos	Instrumentalizar os conhecimentos para facilitar a comunicação funcional com pessoas surdas. Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar. Identificar a estruturação e parâmetros da língua brasileira de sinais. Fornecer noções linguísticas e interpretação da língua brasileira de sinais.
Ementa	Concepção de linguagens de sinais. Linguagem de sinais brasileira. O código de ética. Resolução do encontro de Montevideu. A formação de intérprete no mundo e no Brasil. Língua e identidade: um contexto de política linguística. Cultura surda e cidadania brasileira.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direito de Informática
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-

Objetivo Geral	Fornecer conceitos tecnológicos familiarizando os alunos com os termos técnicos pertinentes e apresentar visão geral sobre a legislação relacionada ao tema.
Objetivos Específicos	Preparar o aluno para a utilização dos recursos tecnológicos no ambiente profissional com atividades práticas e teóricas. Conscientizar o aluno sobre o impacto da tecnologia e a transformação da sociedade perante seus avanços. Adquirir visão ampla e crítica em face da legislação vigente sobre o tema.
Ementa	Computadores: histórico, componentes e software. Sistemas de informação e bancos de dados. Redes de computadores: a Internet e a World Wide Web. Documentos eletrônicos. O processo judicial eletrônico.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direito da Propriedade Industrial
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Fornecer visão geral sobre o instituto técnico-jurídico da propriedade intelectual, dotando o aluno de subsídios teóricos e processuais, através das especificidades presentes no direito autoral e na problemática da propriedade de marcas, patentes e desenhos industriais.
Objetivos Específicos	Despertar os alunos para a importância da propriedade industrial como instrumento de desenvolvimento dos mercados. Desvendar os diversos conteúdos da propriedade intelectual, com enfoque especial para o direito de autor e sobre as problemáticas de marcas e patentes.
Ementa	Criação intelectual. Direitos autorais do autor e a ele conexos. Propriedade industrial. Invenções, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais. Propriedade intelectual nas novas tecnologias da informação: software, base de dados e internet. Introdução à gestão da propriedade intelectual.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Juizados Especiais
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Estudar as leis federais que dispõem sobre os juizados especiais cíveis e criminais no âmbito estadual e federal e, também, na seara da fazenda pública
Objetivos Específicos	Conduzir o aluno ao estudo de nova visão do direito, através de processo dinâmico previsto nas leis dos juizados especiais baseado. Ensinar a atuar perante os juizados especiais cíveis e criminais e da fazenda pública, desde a propositura da ação à fase recursal, passando pela execução da sentença e processo de execução. Compreender o sistema recursal nos juizados especiais.
Ementa	Procedimentos nos juizados especiais, que se orienta pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, nas causas cíveis de menor complexidade e criminais de menor potencial ofensivo, assim como nas de competência da fazenda pública.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direitos Humanos
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Analisar, no campo dos direitos e garantias fundamentais previstos no ordenamento jurídico brasileiro, os consagrados como direitos humanos e os instrumentos legais para proteção.
Objetivos Específicos	Conceituar direitos humanos no contexto dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Analisar o papel dos tratados internacionais sobre direitos

	humanos e a forma de ingresso no ordenamento interno. Conhecer os principais instrumentos nacionais e internacionais sobre direitos humanos. Estudar os instrumentos e formas processuais de proteção de direitos humanos no Brasil.
Ementa	Direitos fundamentais e liberdades públicas: conceito; classificação. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução. As primeiras declarações de direitos. Os direitos econômicos e sociais. A terceira geração de direitos. O estado de direito e seus postulados básicos. Os sistemas de proteção dos direitos fundamentais. Os instrumentos organizados de proteção dos direitos fundamentais (remédios de direito constitucional: habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, habeas data). Ação popular. Ação civil pública. O direito de petição. A disciplina excepcional das liberdades públicas. Os direitos e liberdades na constituição de 1988.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direito Eleitoral
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Dar ao acadêmico a mais ampla visão do Direito Eleitoral, no Brasil, como condição indispensável para caracterizar o estado de direito e o regime democrático.
Objetivos Específicos	Entender o processo eleitoral como instrumento de democracia indireta e seus efeitos sobre o poder exercido pelas autoridades, bem como conhecer a organização partidária como forma de manifestação das forças políticas.
Ementa	Conceito, objeto e fontes do direito eleitoral. Relações com outras disciplinas. Histórico do direito eleitoral no mundo e sua evolução no Brasil. A atual justiça eleitoral no Brasil. O ministério público eleitoral. O sufrágio. Direito político ativo e passivo. Direito político positivo e negativo. Alistamento eleitoral. Garantias eleitorais. Direito partidário e partido político. Escolha e registro de candidatos. Impugnação ao registro de candidato. Arrecadação e gastos de recursos eleitorais. Propaganda eleitoral e partidária. Medidas preparatórias à votação. Da votação. Da apuração. Diplomação dos eleitos. Processo judicial eleitoral: representações e reclamações eleitorais. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Ação de Impugnação de Mandato Eleitoral. Recurso Contra Expedição de Diploma. Outras formas de impugnações. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral.

Disciplina	Optativa
Disciplina	Direito Previdenciário
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Levar o aluno a conhecer a importância da previdência social como organização criada pelo Estado destinada a prover as necessidades vitais de quem exerce atividade remunerada.
Objetivos Específicos	Apresentar o funcionamento da previdência social brasileira nos seus aspectos constitucionais, legais e regulamentares proporcionando conhecimento necessário para atuação na advocacia previdenciária. Conhecer as fontes de custeio e os benefícios fornecidos pelo regime geral de previdência social. Apresentar noções elementares sobre a previdência dos servidores públicos e previdência complementar.
Ementa	Assistência. Previdência. Segurança social. Previdência social: campo de aplicação. Infortúnios do trabalho. Inscrição. Matrícula. Organização. Processo administrativo e judicial. Justificação administrativa. Avocatória. Prestações. Período de carência. Período de graça. Salários de contribuição. Salário de benefício. Previdência social e as empresas. Benefícios de renda mensal: auxílios, aposentadorias, abonos. Pensão por morte. Benefícios de renda anual: abono anual. Benefícios de capital: auxílios, pecúlio. Reajustamento do valor dos benefícios. Prescrição. Serviços de previdência social. Modalidades especiais de benefícios. Assistência à velhice e aos inválidos.

Disciplina	Optativa
-------------------	-----------------

Disciplina	Direito Ambiental
Carga Horária	30 horas
Créditos	3
Pré-requisitos	-
Objetivo Geral	Propiciar visão abrangente sobre os direitos e normas de proteção do meio ambiente e mecanismos e órgãos de defesa desses direitos.
Objetivos Específicos	Conscientizar o aluno a respeito da crise ambiental atual, habilitando-o ao manejo dos institutos fundamentais e normas referentes à matéria. Construir competências específicas decorrentes do conhecimento tanto da questão sociológica, quanto da questão jurídica no entorno do meio ambiente. Desenvolver habilidades para, diante de problemas ambientais, decidir pela medida mais adequada para sua solução frente aos aspectos legais envolvidos. Adquirir visão ampla e crítica em face da legislação relativa aos interesses difusos e coletivos e dos aspectos econômicos, sociais e políticos que interferem em sua elaboração e aplicação
Ementa	Noções básicas sobre o direito do ambiente, conceituando meio ambiente e direito ambiental, bem como os princípios fundamentais do direito ambiental. Conceitos e institutos fundamentais a respeito do meio ambiente. História da regulação ambiental e dos movimentos ecológicos. Ecodesenvolvimento. Conceito e fontes do direito ambiental. Princípios gerais do meio ambiente: internacionais, constitucionais e infraconstitucionais. Tutela constitucional do meio ambiente. Política, instrumentos e sistema nacional do meio ambiente. Tutela civil do meio ambiente. Tutela administrativa ambiental. Tutela penal do meio ambiente.

6. CORPO DOCENTE

O quadro do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade ESUP é constituído por Professores Efetivos, Colaboradores e Visitantes, sendo:

- Professores Efetivos – aqueles contratados sob a égide do Plano de Carreira e Remuneração Docente vigente, sob o regime de dedicação semanal de tempo integral, de tempo parcial ou de regime de hora-aula ou horista.
- Professores Colaboradores - aqueles contratados em caráter eventual e temporário para ministrar disciplinas ou outras atividades do magistério superior com o objetivo de suprir necessidades específicas do curso.
- Os Professores Visitantes - aqueles contratados em caráter eventual e temporário para participar de projetos de pesquisa ou de atividades de pós-graduação, além de atividades de magistério superior.

Para a seleção e contratação dos docentes para o quadro de professores efetivo da Faculdade ESUP, são consideradas as titulações e qualificações acadêmicas, experiência profissional dentro e fora do magistério, perfil comportamental e desenvoltura em sala de aula.

O processo de seleção dos docentes compreende em entrevista, avaliação curricular e comprovação de títulos e avaliação de aptidão teórica e prática, objetivando averiguar a habilitação profissional e a capacitação para o magistério superior em competência didática e de conteúdo na área de conhecimento em que o docente irá atuar.

O regime de trabalho aplicado ao quadro de professores efetivo da Faculdade ESUP é o previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), podendo a carga horária de trabalho ser por tempo integral, parcial ou horista. As categorias em que se enquadram os professores, para efeito de contratação e remuneração dos docentes da Faculdade ESUP, estão estabelecidos em seu Plano de Carreira e Remuneração Docente, tendo como parâmetro a titulação acadêmica e o tempo de experiência profissional no magistério superior.

As políticas progressão de carreira dos docentes da Faculdade ESUP são regidas pelo seu Plano de Carreira e Remuneração Docente e está atrelada a

comprovação pelo docente quanto a obtenção de título de pós-graduação. A progressão salarial também está atrelada às horas de dedicação do docente a instituição.

O Professor Efetivo poderá ser substituído, eventualmente, por Professores Colaboradores, desde que tenham comprovado as mesmas qualificações exigidas ao Professor Efetivo, sendo aqueles contratados de forma temporária.

6.1 Quadro do Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Direito da Faculdade ESUP é composto pelos seguintes professores e suas respectivas titulações:

Quadro 4: Docentes do curso de Direito

Nome	Graduação	Maior Titulação
Alexandre Francisco de Azevedo	Direito	Especialista
Carolina Soares Hissa	Direito	Mestrado
Claudia Rocha	Direito	Especialista
Cláudia Resende Alves Venturini	Psicologia	Especialista
Clodoaldo Valverde	Pedagogia	Doutorado
Cristiano Moraes de Lemos	Direito	Especialista
Danielle Oliveira e Souza	Direito	Especialista
Debora Cristina Xavier	Direito	Especialista
Dimas Pereira Duarte Junior	Direito	Doutorado
Fernando Gomes Rodrigues	Direito	Especialista
Germano Campos Silva	Direito	Doutorado
Isabelle Maria Campos Vasconcelos	Direito	Doutorado
João Flavio Freire Martins	Direito	Mestrado
Jumaria Fernandes Ribeiro Fonseca	Direito	Mestrado
Junior Cesar Bueno e Freitas	Musica / Direito	Mestrado
Luciana Yumi Hiramatsu	Direito	Especialista
Marcelo Narcizo Soares	Direito	Mestrado
Márcia Rosana Ribeiro Cavalcante	Direito	Mestrado
Marco Aurelio Rodrigues da Cunha e Cruz	Direito	Doutorado
Maria Disselma Torres de Arruda	Serviço Social / Direito	Mestrado
Maria Tereza Caetano Lima Chaves	Direito	Mestrado
Murilo Resende Ferreira	Direito	Doutorado
Návia Regina Ribeiro da Costa	Administração / Língua Portuguesa	Mestrado
Renato Gomes Vieira	Ciências Sociais	Mestrado
Renato de Sousa Faria	Direito	Especialista

Ronie Crisóstomo de França	Direito	Especialista
Sara de Lima Seaghe Alcanfor Ximenes	Direito	Especialista
Sérgio Franco Leão	Direito	Mestrado
Tatiana Santana Cunha	Direito	Especialista
Tânia Pereira de Araújo	Filosofia / Direito	Mestrado
Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de Lima	Psicologia	Doutorado
Wanessa Silveira da Costa	Direito	Especialista
Total de Professores:		32 – 100%
Professores com Titulação <i>Lato Sensu</i>		13 – 40,6%
Professores com Titulação <i>Stricto Sensu</i>		19 – 59,4%

6.2 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Direito é exercida por um docente, com titulação *stricto sensu* e relevante experiência no magistério superior, sendo nomeado pelo Diretor Geral da Faculdade ESUP e estando subordinado à Diretoria Acadêmica e a Coordenação de Ensino.

Ao coordenador de curso são atribuídas as funções e responsabilidades pela gestão do curso em seus diversos aspectos administrativos e acadêmicos em conformidade com o Regimento Interno da Faculdade ESUP.

6.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Faculdade ESUP segue a conceituação da Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, do Ministério da Educação, e as normatizações da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, devendo envolver o corpo docente da instituição no processo de concepção e consolidação do curso de Direito.

Define-se Núcleo Docente Estruturante (NDE) como a constituição de um grupo de docentes de um curso de graduação com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) atribui o compromisso de garantir a qualidade acadêmica e o cumprimento efetivo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, bem como a atualização permanente destes, considerando as

particularidades inerentes a cada curso.

6.4 Colegiado do Curso

O colegiado do curso de Direito é constituído por um grupo de docentes com participação e representatividade dos seus discentes, imbuído de amplas atribuições acadêmicas de planejamento, de deliberação e de acompanhamento, e estando voltado para atender as necessidades do curso, dos professores, dos discentes e das disciplinas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

As atribuições e atuação do colegiado do curso estão definidas no Regimento Interno da Faculdade ESUP.

6.5 Corpo Docente

A admissão corpo docente nos cursos de graduação da Faculdade ESUP é realizada por meio do processo seletivo, dentro do estrito limite de vagas autorizadas.

O edital de vestibular divulga a quantidade de vagas oferecidas, sendo previstas vinte por cento (20%) das vagas destinadas aos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

As vagas remanescentes são ofertadas para admissão por transferência externa de alunos devidamente vinculados a outras instituições de ensino superior legalizadas em território nacional e portadores de diplomas.